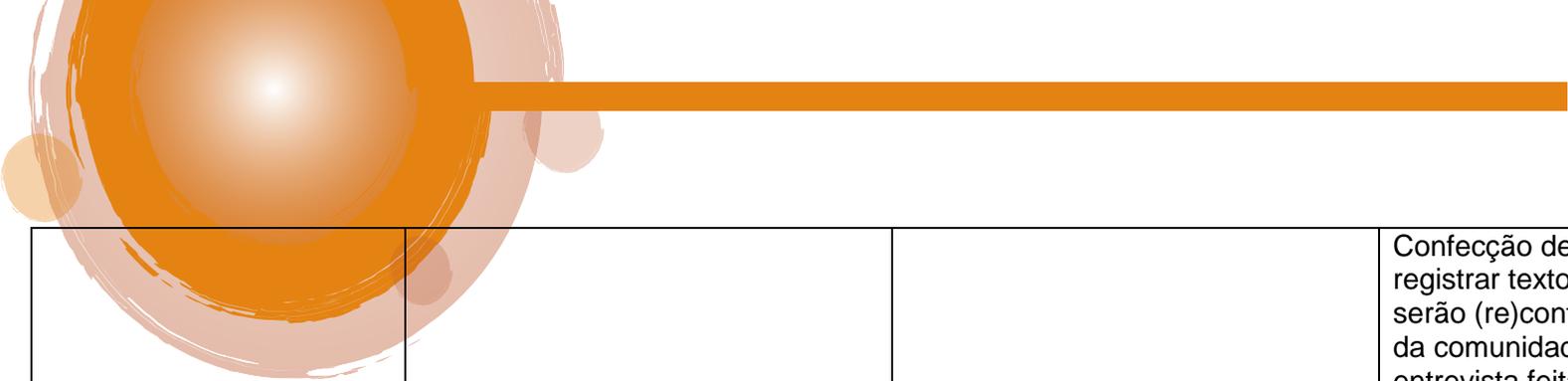


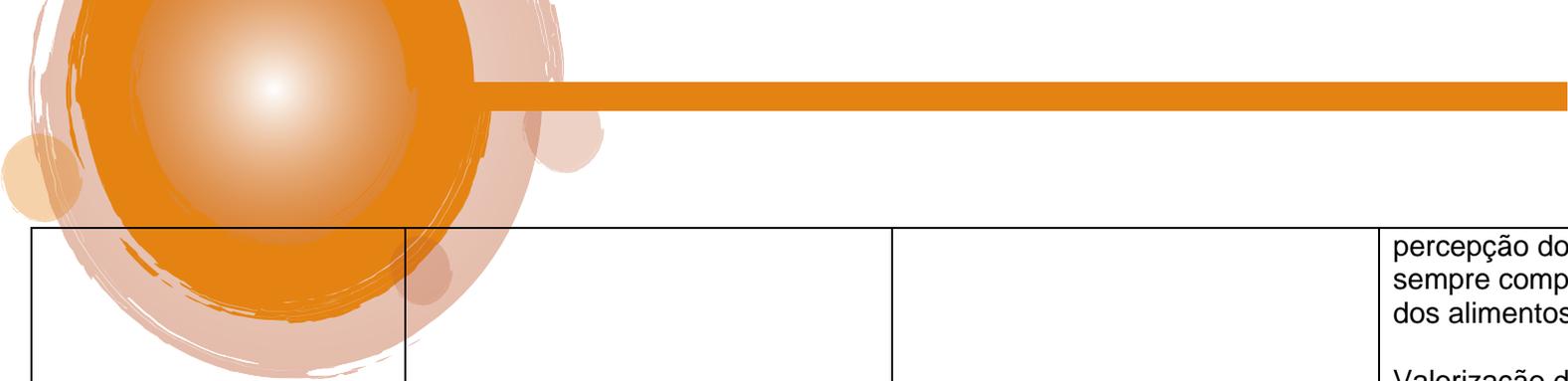
			<p>Realização de práticas agroecológicas com o apoio da comunidade, replantando o quintal com um herbário. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p> <p>Exibição e análise de filmes que estão relacionados com os projetos desenvolvidos na escola;</p> <p>Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores.</p>
--	--	--	---

3ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Crescimento urbano e impactos na natureza</b>	<p>Trabalho e sustentabilidade</p> <p>Meio ambiente: sobrevivência e relação com a natureza</p> <p>Impactos ambientais causados pelas diferentes formas de trabalho</p>	<b>(EF13EC15CTEBA)</b> Identificar impactos nos ambientes causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.	<p>Conversa informal com os discentes sobre as modificações na paisagem do lugar onde vivem;</p> <p>Promoção do conhecimento sobre as queimadas e os impactos que trazem para o meio ambiente;</p>

		<p><b>(EF13EC16CTEBA)</b> Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de educação, reuso e reciclagem, descarte de materiais consumidos em casa, na escola ou no seu retorno.</p> <p><b>(EF13EC17CTEBA)</b> Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo.</p>	
<p><b>Representatividade Cultural e memórias do homem do campo</b></p>	<p>Sujeitos do campo: importância e valorização</p> <p>Sou sertanejo: pluralidade de conhecimentos e saberes</p> <p>Homem do campo: patrimônio cultural, transformação e memórias no município de Caetité</p> <p>Valorização/ desvalorização dos saberes locais</p> <p>“Passado” para frente: a cultura passada de geração a geração</p>		<p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Registro, síntese e leitura dos dados em tabelas e gráficos;</p> <p>Resgate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal / informal;</p> <p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p>



		<p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confeccionar um minidicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p> <p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p> <p>Realização de oficinas integrando escola e comunidades;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar);</p> <p>Levantamento e o orçamento de tudo o que é produzido pelas famílias, desenvolvendo a</p>
--	--	---



			<p>percepção do não precisar comprar, sempre comparando a qualidade dos alimentos.</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias festivos como; família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Realização de práticas agroecológicas com o apoio da comunidade, replantando o quintal com um herbário. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p> <p>Exibição e análise de filmes que estão relacionados com os projetos desenvolvidos na escola;</p> <p>Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores.</p>
--	--	--	---

16.5.3. 4º ano e 5º ano

<b>Ano de Escolarização</b>	4º ano e 5º ano
<b>Áreas do Conhecimento</b>	Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas

1ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Conhecendo e refletindo sobre o semiárido e a agroecologia</b>	<p>Estudo das características geomorfológicas da região</p> <p>Sistematização dos saberes e práticas sobre agroecologia</p>	<p><b>(EF45EC01CTEBA)</b> Compreender sobre os impactos da agricultura convencional e sobre a necessidade de mudanças nos sistemas de produção.</p> <p><b>(EF45EC02CTEBA)</b> Conhecer sobre a história e formação do semiárido, do bioma da caatinga e da agropecuária no Brasil, e sobre a influência deste conhecimento na situação atual do semiárido.</p>	<p>Exploração e estudo de textos informativos sobre os impactos da agropecuária no semiárido;</p> <p>Realização de pesquisa sobre a fauna e a flora regional;</p> <p>Uso de músicas diversas que retratam a caracterização do semiárido. Chico Mendes;</p> <p>Utilização de poemas, poesias, filmes, abordando a temática;</p> <p>Produção de portfólios, álbuns de animais da fauna e flora regional;</p> <p>Seminários (bioma, caatinga suas vocações e adaptações agroecológicas (fauna e flora).</p>
<b>Agricultura familiar e convivência com o semiárido</b>	<p>Cuidado com as plantas</p> <p>Conceitos e fundamentos defensivos, alternativos e naturais</p>	<b>(EF45EC03CTEBA)</b> Compreender os conceitos e importância da proteção das plantas no cultivo orgânico.	Elaboração de planos, programas e projetos para intervenções técnicas e sociais na comunidade e no entorno;

	<p>Manejo integrado de pragas e doenças</p> <p>Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial</p>	<p><b>(EF45EC04CTEBA)</b> Refletir sobre importância da participação da agricultura orgânica na produção de alimentos saudáveis para o consumo diário.</p> <p><b>(EF45EC05CTEBA)</b> Estimular e contribuir na construção do conhecimento, sobre a agroecologia e convivência com o semiárido.</p> <p><b>(EF45EC06CTEBA)</b> Compreender, explicar e interpretar situações concretas de vida e propor novas possibilidades a partir da agricultura familiar.</p>	<p>Construção de painéis, murais, gráficos e tabelas;</p> <p>Proposição de problemas com as operações matemáticas, fração, formas de um métricas e medidas, a partir das informações registradas na tabela;</p> <p>Exposição de feiras com alimentos cultivados na comunidade e na horta escolar;</p> <p>Produção de textos como: poemas, charges, tirinhas e receitas medicinais das plantas regionais;</p> <p>Realização de oficinas, herbário de folhas e álbuns de sementes.</p>
<p><b>Práticas agroecológicas na agricultura familiar e na escola</b></p>	<p>História das práticas e agricultura do Brasil</p> <p>Prática agrícola conservadora X orgânica</p> <p>Diferenças socioeconômicas no meio rural</p> <p>Desemprego no campo</p> <p>Êxodo rural</p>	<p><b>(EF45EC07CTEBA)</b> Compreender o processo histórico da agricultura no Brasil.</p> <p><b>(EF45EC08CTEBA)</b> Conhecer as diferenças entre as práticas agrícolas orgânicas e conservadoras.</p> <p><b>(EF45EC09CTEBA)</b> Desenvolver novas aprendizagens e valores sobre as práticas agroecológicas.</p>	<p>Sugestão de leitura básica para o docente: Glossário da agroecologia referente à temática sustentabilidade, biodiversidade e agrotóxicos;</p> <p>Sugestão de leitura básica para o docente: CALDART, Roseli Salete (org.). <b>Dicionário da Educação do Campo</b>. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012<sup>346</sup>;</p>

<sup>346</sup> Disponível em:

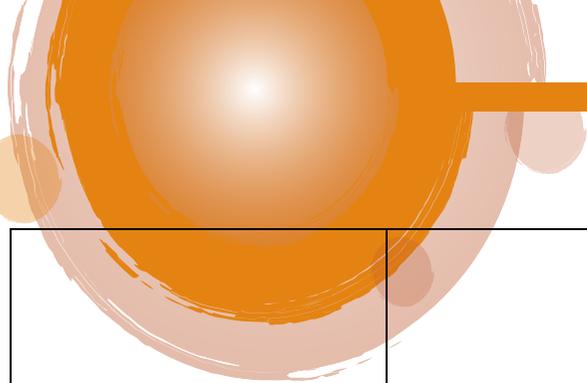
<http://www.educacaodocampo.ufes.br/sites/educacaodocampo.ufes.br/files/field/anexo/Dicion%C3%A1rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>

	<p>Conhecendo um pouco de agroecologia</p> <p>Integração da comunidade do campo com o solo, água, plantas e animais</p> <p>Vida saudável</p> <p>Manejo correto do solo e da água</p> <p>Preservação da caatinga</p> <p>Valorização do conhecimento e da cultura da população local</p> <p>Trocas de experiências entre as comunidades</p>	<p><b>(EF45EC10CTEBA)</b> Refletir sobre as diferenças socioeconômicas no meio rural.</p> <p><b>EF45EC11CTEBA)</b> Entender as causas que compreendem o desemprego no campo.</p> <p><b>(EF45EC12CTEBA)</b> Compreender os motivos que levam ao êxodo rural.</p> <p><b>(EF45EC13CTEBA)</b> Compreender a importância da Agroecologia para o meio ambiente.</p> <p><b>(EF45EC14CTEBA)</b> Despertar o interesse e o cuidado com a natureza.</p> <p><b>(EF45EC15CTEBA)</b> Debater sobre as práticas que prejudicam o meio ambiente e/ou multiplicam a vida.</p> <p><b>(EF45EC16CTEBA)</b> Sensibilizar suas famílias quanto ao não uso de queimadas, adubos químicos e fertilizantes na produção.</p> <p><b>(EF45EC17CTEBA)</b> Conscientizar-se a si e aos outros para mudanças de hábitos alimentares valorizando alimentos naturais.</p>	<p>Vídeo “Agricultura familiar na escola<sup>347</sup>”;</p> <p>Uso de músicas, poemas e filmes para abordar a temática. Sugestões de músicas: “Agricultura Familiar”, de Chico Antônio. “O velho agricultor”, de Luiz Wilson. “Pequeno agricultor”, de Beatriz. “Doutor da Agricultura”, de Tonico e Tinoco;</p> <p>Realização de pesquisas e entrevistas com familiares e membros da comunidade acerca de alguns objetos de conhecimento;</p> <p>Emprego dos diversos gêneros textuais nas produções orais e escritas sobre o tema;</p> <p>Visita guiada aos agricultores e agricultoras que realizam técnicas de agroecologia para a produção de alimentos orgânicos na comunidade para consumo, venda em feiras e para o PNAE;</p> <p>Execução de projetos que envolvam e divulguem a Agricultura Familiar na Escola;</p>
--	---	---	---

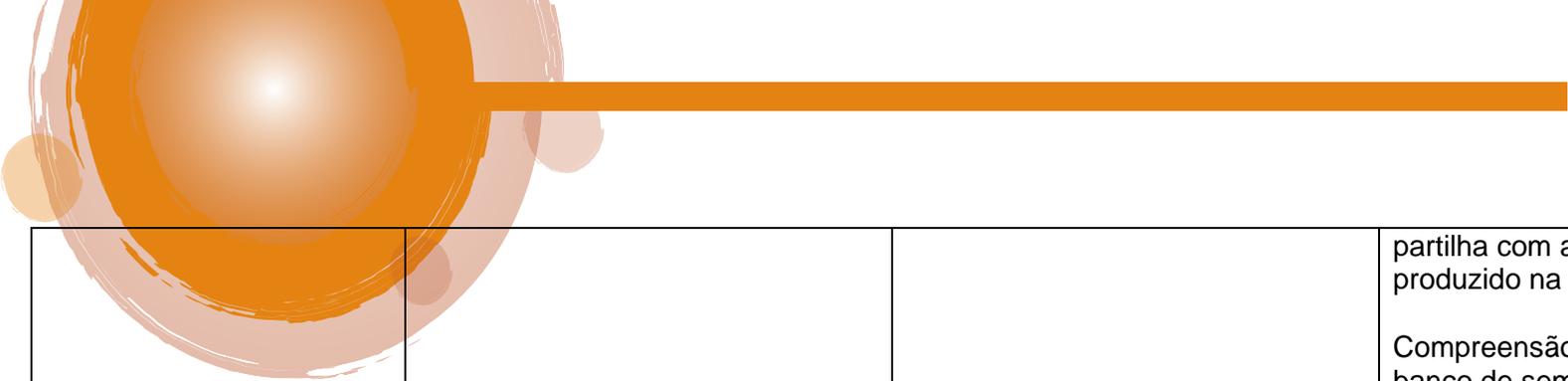
<sup>347</sup> Disponível em: <https://youtu.be/Fj-ZnV9t5iE>



		<p><b>(EF45EC18CTEBA)</b> Incentivar o cultivo da horta escolar e a produção de alimentos sem agrotóxicos.</p> <p><b>(EF45EC19CTEBA)</b> Conhecer a relação entre alimentação saudável, merenda escolar e agricultura familiar.</p> <p><b>(EF45EC20CTEBA)</b> Entender a importância de conhecer sobre a água, solo, clima, e as vantagens da adubação orgânica.</p> <p><b>EF45EC21CTEBA</b> Conhecer as práticas agrícolas de plantar, colher, armazenar, bem como saber cuidar e preservar a água.</p> <p><b>(EF45EC22CTEBA)</b> Valorizar sua realidade.</p> <p><b>(EF45EC23CTEBA)</b> Melhorar sua convivência com o semiárido.</p> <p><b>(EF45EC24CTEBA)</b> Reconhecer as potencialidades de sua região e da comunidade.</p> <p><b>(EF45EC25CTEBA)</b> Entender a importância da troca de experiências entre a sua comunidade e as outras regiões.</p>	<p>Conhecimento e exploração da temática proposta através das diversas linguagens da arte (teatro, dança, música, cinema) e jogos cooperativos;</p> <p>Realização de momentos (rodas de conversa) para envolvimento, diálogo e partilha de saberes, entre educandos e educandas e membros da comunidade, grupos, associações etc., que tragam em seu bojo orientações campesinas;</p> <p>Análise de dados baseada em pesquisas sobre práticas agroecológicas na agricultura familiar e na escola e elaboração de tabelas/gráficos, com os resultados obtidos;</p> <p>Estudo e incorporação de técnicas de agroecologia para a produção de alimentos orgânicos/ Feira da Agricultura Familiar na Escola, considerando o conhecimento local;</p> <p>Produção de pratos utilizando PANCs e alimentos regionais buscando o trabalho interdisciplinar com ciências, geografia, português e matemática;</p>
--	--	--	---



		<p><b>(EF45EC26CTEBA)</b> Ampliar os conhecimentos a partir do intercâmbio de saberes com outras realidades.</p>	<p>Visita comparativa a terreno que teve o solo queimado e outro que não utilizou a queimada;</p> <p>Estudo e exploração de algumas técnicas agroecológicas;</p> <p>Estudo e exploração de concepções e práticas de adubação orgânica;</p> <p>Uso de exemplos para relacionar tipos de adubos orgânicos como esterco de animais domésticos (gado, galinha etc.) e compostagem;</p> <p>Realização de pesquisas sobre horta de verão e a importância de sua utilização no semiárido;</p> <p>Construção/ manutenção de horta escolar utilizando técnicas agroecológicas e experiências práticas de planejamento, ciência, saúde, cálculos matemáticos;</p> <p>Incentivo para o uso dos alimentos da horta na preparação da merenda escolar;</p> <p>Realização de experiências utilizando material concreto e eventos que despertem o interesse dos educandos (festival ou dia da colheita, feirinha na escola, “Colhendo o que plantei” (a criança</p>
--	--	--	---



			<p>partilha com a família o que foi produzido na horta escolar);</p> <p>Compreensão da importância do banco de sementes crioulas na vida do agricultor e agricultora do campo;</p> <p>Promoção do desenvolvimento de conhecimento científico a partir da construção de quintais produtivos que permitam o reaproveitamento e reutilização da água;</p> <p>Sensibilização para a criação de viveiro de mudas na comunidade e na escola;</p> <p>Sugestões de mídias audiovisuais: Vídeo “Agricultura familiar e saúde na alimentação escolar<sup>348</sup>”. Vídeo “Verduras e legumes - Vocabulário para crianças<sup>349</sup>”. Vídeo “Aprendendo com Videoaulas: Geografia: Agricultura<sup>350</sup>”.</p>
--	--	--	---

<sup>348</sup> Disponível em: <https://youtu.be/Lbo1hAZXuRw>

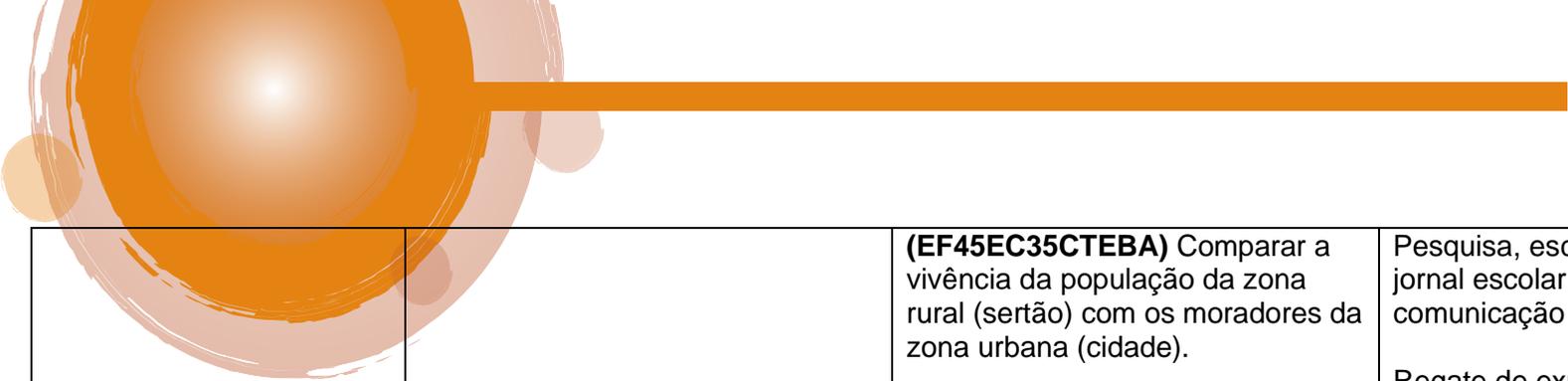
<sup>349</sup> Disponível em: [https://youtu.be/Z4dr\\_hkn-nk](https://youtu.be/Z4dr_hkn-nk)

<sup>350</sup> Disponível em: <https://youtu.be/HmVs-HBfWPM>

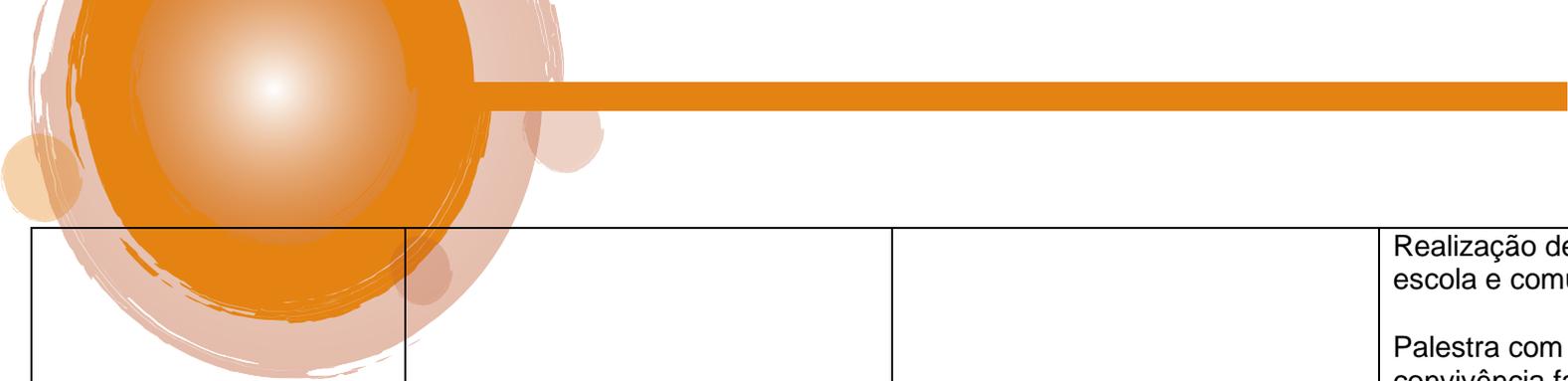
2ª Unidade

Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<p><b>Mulheres do campo: sinônimo de força e luta</b></p>	<p>A conquista da mulher no campo</p> <p>Personalidades da mulher do campo</p> <p>Valorização da mulher do campo</p> <p>A modernização da mulher do campo</p>	<p><b>(EF45EC27CTEBA)</b> Analisar as transformações da mulher do campo no mercado de trabalho.</p> <p><b>(EF45EC28CTEBA)</b> Compreender a personalidade da mulher do campo na vida social, e autonomia no mercado de trabalho.</p> <p><b>(EF45EC29CTEBA)</b> Descrever práticas de trabalho que as mulheres exercem na comunidade.</p> <p><b>(EF45EC30CTEBA)</b> compreender as mudanças ocorridas na modernização do campo.</p>	<p>Promoção de momentos para demonstrar os trabalhos realizados por mulheres para sua sobrevivência;</p> <p>Roda de conversa sobre a importância das mulheres no espaço do campo;</p> <p>Estudo e exploração de textos informativos;</p> <p>Pesquisa sobre a conquista da mulher do campo;</p> <p>Debates sobre as conquistas da mulher do campo;</p> <p>Realização de entrevistas com algumas mulheres para conhecer as atividades que elas exercem no campo;</p> <p>Exibição do vídeo: Espaço rural e modernização do campo.</p>
<p><b>A nova cara da juventude no semiárido</b></p>	<p>Projeto de vida: expectativas do jovem do campo</p> <p>Práticas de convivência com o <i>Semiárido</i></p>	<p><b>(EF45EC31CTEBA):</b> Compreender sua identidade e os significados construídos sobre a vida no contexto do Sertão Semiárido.</p>	<p>Exposição dos problemas, anseios enfrentados pelos jovens na educação básica do campo;</p> <p>Promoção de momentos para que os jovens apresentem novas</p>

			<p>propostas para a melhoria de sua vivência no campo;</p> <p>Roda de conversa sobre a importância da força jovem no campo;</p> <p>Pesquisa sobre como os jovens compreendem o espaço em que vivem;</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias festivos como; família na Escola, São João, Consciência Negra.</p>
<p><b>As mãos que constroem a convivência: Convívio com o semiárido e entre gêneros</b></p>	<p>Sistema produtivo: as relações com a agricultura familiar e suas potencialidades</p>	<p><b>(EF45EC32CTEBA)</b> Construir e difundir outras formas de convivência entre sertanejo (nós) e com a natureza.</p> <p><b>(EF45EC33CTEBA)</b> Indicar as práticas agrícolas que têm contribuído para destruir o solo da sua região, aumentando os efeitos da seca no estado.</p> <p><b>(EF45EC34CTEBA)</b> Conhecer práticas agrícolas que ajudam a preservar o solo e aumentar a produtividade agrícola.</p>	<p>Roda de conversa sobre as relações dos seres humanos com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço que vivem;</p> <p>Exploração de textos variados: informativos, poemas, poesias, músicas;</p> <p>Produção de textos: paródias, charges, tirinhas, historinhas em quadrinhos, desenhos;</p> <p>Pesquisa com moradores mais antigos na comunidade;</p>



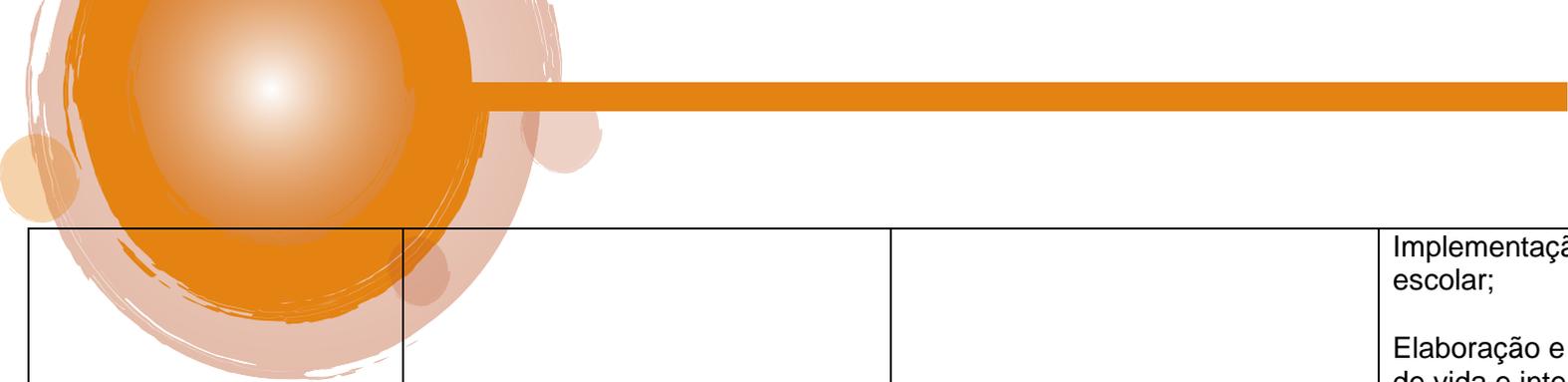
		<p><b>(EF45EC35CTEBA)</b> Comparar a vivência da população da zona rural (sertão) com os moradores da zona urbana (cidade).</p>	<p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Regate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal/ informal;</p> <p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p> <p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confeccionar um minidicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p> <p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p>
--	--	---	--



		<p>Realização de oficinas integrando escola e comunidades;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar);</p> <p>Levantamento e o orçamento de tudo o que é produzido pelas famílias, desenvolvendo a percepção do não precisar comprar, sempre comparando a qualidade dos alimentos;</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias de festivos como; família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p>
--	--	---

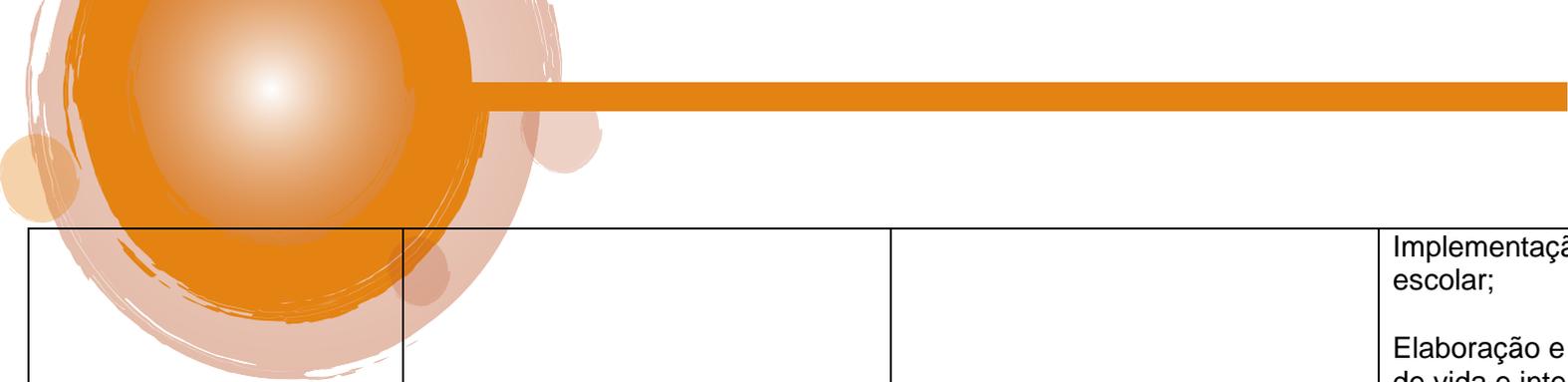
### 3ª Unidade

Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<p><b>Cultura e arte do semiárido</b></p>	<p>Identidade, cidadania diversidade cultural e etnia</p> <p>Tradições orais e valorização da memória</p>	<p><b>(EF45EC36CTEBA)</b> Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória;</p> <p><b>(EF45EC37CTEBA)</b> Conhecer as histórias das famílias e identificar o papel desempenhado pelos diferentes sujeitos nos diferentes espaços.</p>	<p>Pesquisa de campo com moradores da comunidade (relatos, depoimentos, entrevistas) para coleta dos costumes culturais da região;</p> <p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Regate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal / informal;</p> <p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p> <p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confeccionar um minidicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p>

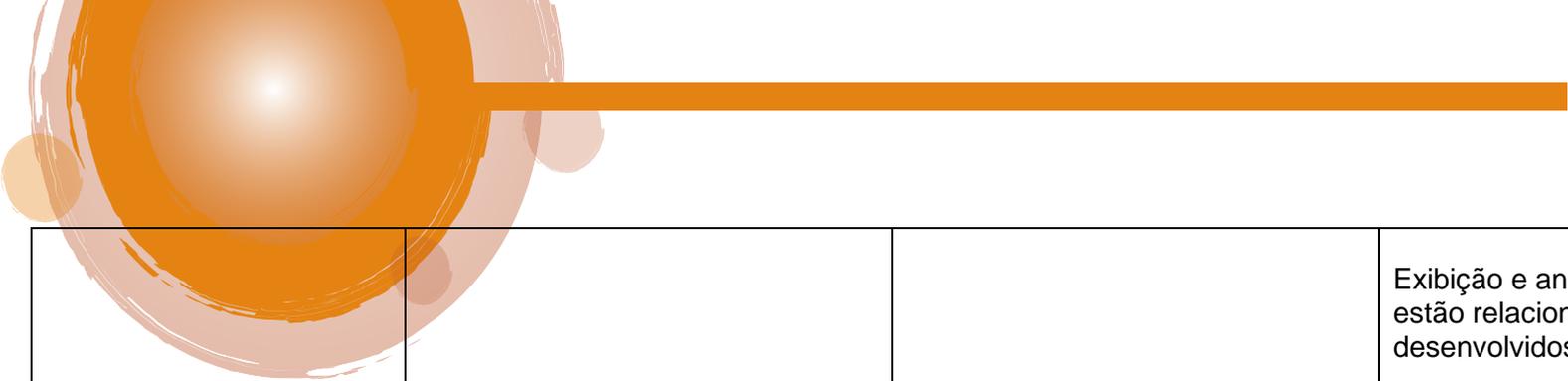


		<p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p> <p>Realização de oficinas integrando escola e comunidades;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar);</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias de festivais como; família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p>
--	--	---

			<p>Exibição e análise de filmes que estão relacionados com os projetos desenvolvidos na escola;</p> <p>Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores.</p>
<p><b>Escola: espaço de socialização, apropriação e memórias</b></p>	<p>Eu tenho valor: a comunidade e seus registros</p> <p>Comunidade: convivências e interações entre as pessoas</p> <p>Comunidade e escola: uma interação necessária</p> <p>Direito à permanência do sujeito do campo no ambiente escolar e seus arredores</p> <p>Escola x Família x Comunidade: cada um tem o seu papel</p>	<p><b>(EF45EC38CTEBA)</b> Reconhecer os espaços de convivência e sociabilidade e os motivos que aproximam as pessoas (grupos sociais, familiares, amigos etc.).</p> <p><b>(EF45EC39CTEBA)</b> Entender como sujeito de direitos que podem transformar-se e transformar a sua realidade, podendo optar por ir ou permanecer nesta, no tempo que decidir.</p>	<p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Resgate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal / informal;</p> <p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p> <p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confeccionar um mini dicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p>



		<p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p> <p>Realização de oficinas integrando escola e comunidades;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar);</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias de festivais como; família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p>
--	--	---



			<p>Exibição e análise de filmes que estão relacionados com os projetos desenvolvidos na escola;</p> <p>Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores;</p> <p>Brincadeiras diversas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Gincanas;</li><li>- Piqueniques;</li><li>- Passeios;</li><li>- Visitas.</li></ul>
--	--	--	--

- Gincanas;
- Piqueniques;
- Passeios;
- Visitas.

16.5.4. 6º ano e 7º ano

<b>Ano de Escolarização</b>	6º ano e 7º ano
<b>Áreas do Conhecimento</b>	Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas

1ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Agricultura Familiar: Identidade e convivência com o semiárido</b>	Conceito de Agricultura Familiar	<b>(EF6EC01CTEBA)</b> Compreender o conceito de Agricultura familiar em suas múltiplas dimensões.	Construção de síntese conceitual sobre Agricultura Familiar nas suas múltiplas dimensões: sociocultural, produtiva, econômica e ambiental;
	História da Agricultura Familiar Regional, do Brasil e do Mundo	<b>(EF6EC02CTEBA)</b> Conhecer a história da Agricultura Familiar.	Pesquisa sobre o surgimento das primeiras organizações e entidades ligadas a agricultura familiar no município;
	A construção da identidade na Agricultura Familiar	<b>(EF6EC03CTEBA)</b> Compreender a construção da identidade da Agricultura Familiar a partir da história de vida dos próprios educandos.	Uso da música “Cio da Terra” (Chico Buarque com uma posterior reflexão sobre os elementos que a música apresenta);
	O semiárido brasileiro	<b>(EF6EC04CTEBA)</b> Conhecer as características do semiárido.	Pesquisa e produção de cartilha com as práticas de convivência com o semiárido;
	Características da agricultura Familiar no semiárido	<b>(EF6EC05CTEBA)</b> Identificar as características da agricultura familiar praticadas no semiárido e no município.	Organização do dia da Agricultura Familiar com a exposição de trabalhos e apresentações voltadas para a Agricultura Familiar e Convivência com o Semiárido;
	Agricultura familiar e sustentabilidade	<b>(EF6EC06CTEBA)</b> Discutir o conceito de sustentabilidade.	

	<p>Potencialidades da Agricultura Familiar</p> <p>Práticas de convivência no semiárido</p> <p>O cultivo de variedades Resistentes</p> <p>Agricultura Familiar e comunidades tradicionais</p>	<p><b>(EF6EC07CTEBA)</b> Conhecer experiências ecológicas de pequenas propriedades familiares.</p> <p><b>(EF6EC08CTEBA)</b> Refletir sobre a importância da agroecologia na segurança alimentar.</p> <p><b>(EF6EC09CTEBA)</b> Compreender as perspectivas oferecidas pela agricultura familiar.</p> <p><b>(EF6EC10CTEBA)</b> Conhecer as diversas práticas de convivência com o semiárido.</p> <p><b>(EF6EC11CTEBA)</b> Conhecer o manejo das culturas que adaptam as características climáticas do semiárido.</p> <p><b>(EF6EC12CTEBA)</b> Conhecer a história das comunidades Quilombolas do Município e sua relação com a terra e com a Agricultura Familiar.</p> <p><b>(EF6EC13CTEBA)</b> Conhecer as organizações e movimentos ligados a agricultura familiar no município.</p>	<p>Uso de diversos gêneros textuais e da produção oral e escrita;</p> <p>Realização de estudos dirigidos;</p> <p>Apresentação de atividades em grupos;</p> <p>Entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para falar sobre a história da Agricultura Familiar no Município;</p> <p>Pesquisa sobre o conceito de sustentabilidade;</p> <p>Visita a propriedade de práticas ecológicas de convivência com o semiárido no município;</p> <p>Viagem de campo para conhecer o trabalho das Escolas Famílias Agrícolas (Tanque Novo, Caculé, Riacho de Santana...);</p> <p>Construção do caderno da Realidade (onde o aluno pesquisa temas de relevância da Agricultura Familiar na sua comunidade e leva para o debate em sala de aula);</p> <p>Produção de vídeos e paródias;</p>
--	--	--	---

		<p>Convide a representantes quilombola para promoção de debate sobre a cultura desses grupos e a ligação deles com a agricultura familiar;</p> <p>Realização de pesquisa sobre a história dos movimentos sociais e organizações ligadas ao campo no município;</p> <p><b>Sugestões de Leitura:</b>          Caderno Pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra:          Agricultura Familiar: Identidade, Gênero, Cultura e Etnia<sup>351</sup>;          Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: Várias publicações sobre agricultura familiar e Convivência com o semiárido<sup>352</sup>;          Publicações da página do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPA)<sup>353</sup>;</p>
--	--	---

<sup>351</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6005-caderno1-educador-agricultura-familiar&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6005-caderno1-educador-agricultura-familiar&Itemid=30192)

<sup>352</sup> Disponível em: [https://www.mamiraua.org.br/manejo-agroecossistemas?gclid=Cj0KCQjw-Q35BRDVARIsAJU5mQWaot3032ruZYHXD8lzyijbCjuNkNBQxqUwdm1faD6geDa1Un9lcXAaAht0EALw\\_wcB](https://www.mamiraua.org.br/manejo-agroecossistemas?gclid=Cj0KCQjw-Q35BRDVARIsAJU5mQWaot3032ruZYHXD8lzyijbCjuNkNBQxqUwdm1faD6geDa1Un9lcXAaAht0EALw_wcB)

<sup>353</sup> Disponível em: <https://irpaa.org/modulo/publicacoes/cartilhas>

## 2ª Unidade

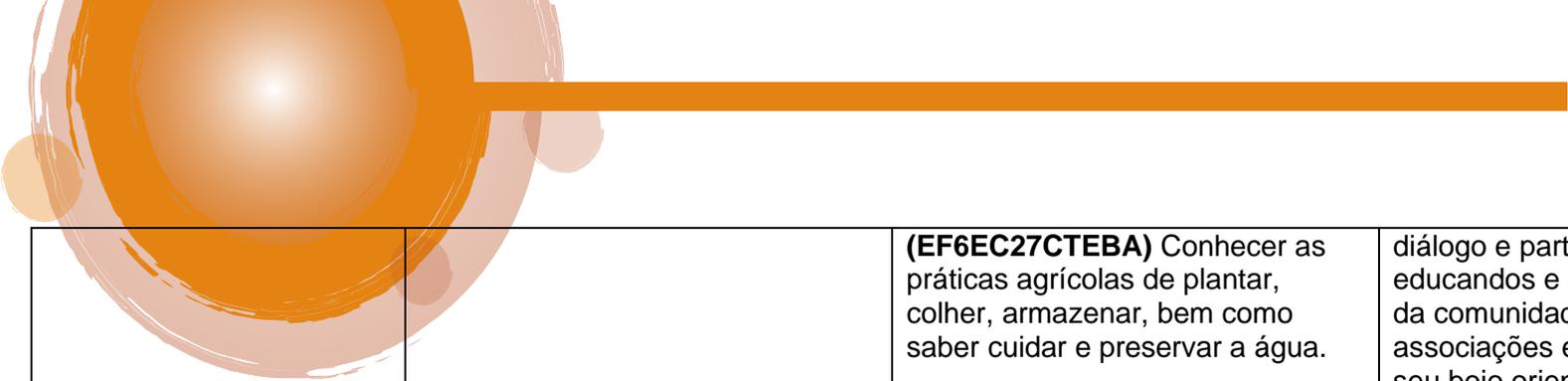
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Práticas agroecológicas na agricultura familiar e na escola</b>	<p>História das práticas e agricultura do Brasil</p> <p>Prática agrícola conservadora X orgânica</p> <p>Diferenças socioeconômicas no meio rural</p> <p>Desemprego no campo</p> <p>Êxodo rural</p> <p>Conhecendo um pouco de agroecologia</p> <p>Integração da comunidade do campo com o solo, água, plantas e animais</p> <p>Vida saudável</p> <p>Manejo correto do solo e da água</p> <p>Preservação da caatinga</p> <p>Valorização do conhecimento e da cultura da população local</p>	<p><b>(EF6EC14CTEBA)</b> Compreender o processo histórico da agricultura no Brasil.</p> <p><b>(EF6EC15CTEBA)</b> Conhecer as diferenças entre as práticas agrícolas orgânicas e conservadoras.</p> <p><b>(EF6EC16CTEBA)</b> Desenvolver novas aprendizagens e valores sobre as práticas agroecológicas.</p> <p><b>(EF6EC17CTEBA)</b> Refletir sobre as diferenças socioeconômicas no meio rural.</p> <p><b>(EF6EC18CTEBA)</b> Entender as causas que compreendem o desemprego no campo.</p> <p><b>(EF6EC19CTEBA)</b> Compreender os motivos que levam ao êxodo rural.</p> <p><b>(EF6EC20CTEBA)</b> Compreender a importância da Agroecologia para o meio ambiente.</p>	<p>Sugestão de leitura básica para o docente: Glossário da agroecologia referente à temática sustentabilidade, biodiversidade e agrotóxicos;</p> <p>Sugestão de leitura básica para o docente: CALDART, Roseli Salete (org.). <b>Dicionário da Educação do Campo</b>. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012<sup>354</sup>;</p> <p>Vídeo “Agricultura familiar na escola<sup>355</sup>”;</p> <p>Uso de músicas, poemas e filmes para abordar a temática. Sugestões de músicas: “Agricultura Familiar”, de Chico Antônio. “O velho agricultor”, de Luiz Wilson. “Pequeno agricultor”, de Beatriz. “Doutor da Agricultura”, de Tonico e Tinoco;</p> <p>Realização de pesquisas e entrevistas com familiares e</p>

<sup>354</sup> Disponível em:

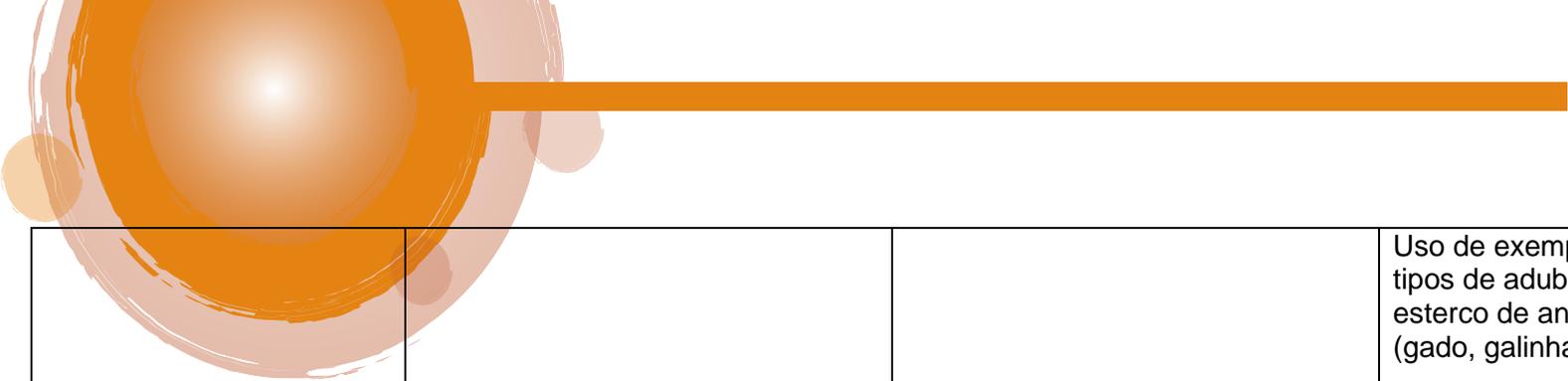
<http://www.educacaodocampo.ufes.br/sites/educacaodocampo.ufes.br/files/field/anexo/Dicion%C3%A1rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>

<sup>355</sup> Disponível em: <https://youtu.be/Fj-ZnV9t5iE>

	<p>Trocas de experiências entre as comunidades</p>	<p><b>(EF6EC21CTEBA)</b> Despertar o interesse e o cuidado com a natureza.</p> <p><b>(EF6EC22CTEBA)</b> Debater sobre as práticas que prejudicam o meio ambiente e/ou multiplicam a vida.</p> <p><b>(EF6EC23CTEBA)</b> Sensibilizar suas famílias quanto ao não uso de queimadas, adubos químicos e fertilizantes na produção.</p> <p><b>(EF6EC24CTEBA)</b> Conscientizar-se a si e aos outros para mudanças de hábitos alimentares valorizando alimentos naturais.</p> <p><b>(EF6EC25CTEBA)</b> Incentivar o cultivo da horta escolar e a produção de alimentos sem agrotóxicos.</p> <p><b>(EF6EC25CTEBA)</b> Conhecer a relação entre alimentação saudável, merenda escolar e agricultura familiar.</p> <p><b>(EF6EC26CTEBA)</b> Entender a importância de conhecer sobre a água, solo, clima, e as vantagens da adubação orgânica.</p>	<p>membros da comunidade acerca de alguns objetos de conhecimento;</p> <p>Emprego dos diversos gêneros textuais nas produções orais e escritas sobre o tema;</p> <p>Visita guiada aos agricultores e agricultoras que realizam técnicas de agroecologia para a produção de alimentos orgânicos na comunidade para consumo, venda em feiras e para o PNAE;</p> <p>Visita de campo à Diretoria de Fomento Alimentar Municipal (DIFAM) e a famílias agricultoras cadastradas no programa do PNAE buscando evidências e reflexões sobre a inserção de produtos da agricultura familiar na merenda escolar;</p> <p>Execução de projetos que envolvam e divulguem a Agricultura Familiar na Escola;</p> <p>Conhecimento e exploração da temática proposta através das diversas linguagens da arte (teatro, dança, música, cinema) e jogos cooperativos;</p> <p>Realização de momentos (rodas de conversa) para envolvimento,</p>
--	--	---	--



		<p><b>(EF6EC27CTEBA)</b> Conhecer as práticas agrícolas de plantar, colher, armazenar, bem como saber cuidar e preservar a água.</p> <p><b>(EF6EC28CTEBA)</b> Valorizar sua realidade.</p> <p><b>(EF6EC29CTEBA)</b> Melhorar sua convivência com o semiárido.</p> <p><b>(EF6EC30CTEBA)</b> Reconhecer as potencialidades de sua região e da comunidade.</p> <p><b>(EF6EC31CTEBA)</b> Entender a importância da troca de experiências entre a sua comunidade e as outras regiões.</p> <p><b>(EF6EC32CTEBA)</b> Ampliar os conhecimentos a partir do intercâmbio de saberes com outras realidades.</p>	<p>diálogo e partilha de saberes, entre educandos e educandas e membros da comunidade, grupos, associações etc., que tragam em seu bojo orientações campesinas;</p> <p>Análise de dados baseada em pesquisas sobre práticas agroecológicas na agricultura familiar e na escola e elaboração de tabelas/gráficos, com os resultados obtidos;</p> <p>Estudo e incorporação de técnicas de agroecologia para a produção de alimentos orgânicos/ Feira da Agricultura Familiar na Escola, considerando o conhecimento local;</p> <p>Produção de pratos utilizando PANCs e alimentos regionais buscando o trabalho interdisciplinar com ciências, geografia, português e matemática;</p> <p>Visita comparativa a terreno que teve o solo queimado e outro que não utilizou a queimada;</p> <p>Estudo e exploração de algumas técnicas agroecológicas;</p> <p>Estudo e exploração de concepções e práticas de adubação orgânica;</p>
--	--	--	--



		<p>Uso de exemplos para relacionar tipos de adubos orgânicos como esterco de animais domésticos (gado, galinha etc.) e compostagem;</p> <p>Realização de pesquisas sobre horta de verão e a importância de sua utilização no semiárido;</p> <p>Construção/ manutenção de horta escolar utilizando técnicas agroecológicas e experiências práticas de planejamento, ciência, saúde, cálculos matemáticos;</p> <p>Incentivo para o uso dos alimentos da horta na preparação da merenda escolar;</p> <p>Realização de experiências utilizando material concreto e eventos que despertem o interesse dos educandos (festival ou dia da colheita, feirinha na escola, “Colhendo o que plantei” (a criança partilha com a família o que foi produzido na horta escolar);</p> <p>Compreensão da importância do banco de sementes crioulas na vida do agricultor e agricultora do campo;</p> <p>Promoção do desenvolvimento de conhecimento científico a partir da construção de quintais produtivos</p>
--	--	--

			<p>que permitam o reaproveitamento e reutilização da água;</p> <p>Sensibilização para a criação de viveiro de mudas na comunidade e na escola;</p> <p>Sugestões de mídias audiovisuais:  Vídeo “Agricultura familiar e saúde na alimentação escolar<sup>356</sup>”.  Vídeo “Verduras e legumes - Vocabulário para crianças<sup>357</sup>”.  Vídeo “Aprendendo com Videoaulas: Geografia: Agricultura<sup>358</sup>”.</p>
--	--	--	--

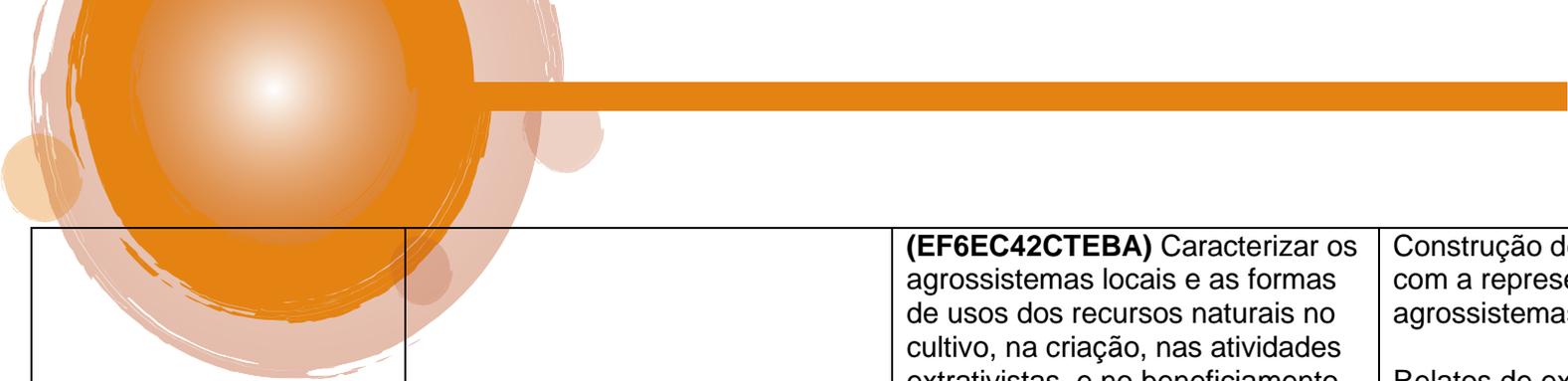
3ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Sistemas de produção e processos de trabalho no campo</b>	<p>Sistemas de Produção no Campo</p> <p>Relações de trabalho no Campo</p> <p>Conexão entre as relações de trabalho e as práticas culturais nos estabelecimentos familiares</p> <p>Ecosistemas e trabalho no campo</p> <p>Viver, produzir e transformar</p>	<p><b>(EF6EC33CTEBA)</b> Conhecer os sistemas de produção.</p> <p><b>(EF6EC34CTEBA)</b> Compreender a relação entre a produção e o consumo no campo.</p> <p><b>(EF6EC35CTEBA)</b> Refletir sobre as relações de trabalho, práticas sociais e manifestações culturais</p>	<p>Realização de pesquisas temáticas;</p> <p>Uso dos diversos gêneros textuais na produção oral e escrita;</p> <p>Produção de entrevistas com agricultores locais;</p> <p>Construção de Diário de campo;</p>

<sup>356</sup> Disponível em: <https://youtu.be/Lbo1hAZXuRw>

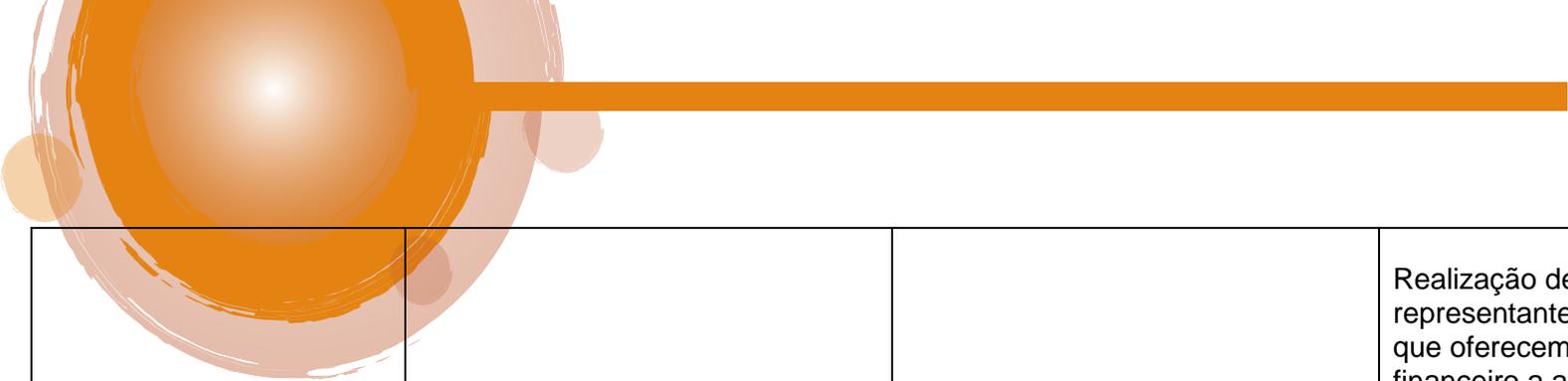
<sup>357</sup> Disponível em: [https://youtu.be/Z4dr\\_hkn-nk](https://youtu.be/Z4dr_hkn-nk)

<sup>358</sup> Disponível em: <https://youtu.be/HmVs-HBfWPM>

	<p>Cultivo da terra e preservação</p> <p>Agrossistemas: Saberes e experiências</p> <p>Sistemas de Criação</p> <p>Bovinocultura</p> <p>Caprino e ovinocultura</p> <p>Avicultura</p> <p>Piscicultura</p> <p>Apicultura</p> <p>Extrativismo: preservação e sustentabilidade</p> <p>Agroindústria: O beneficiamento da produção Familiar</p>	<p>desenvolvidas pelos sujeitos do campo.</p> <p><b>(EF6EC36CTEBA)</b> Aprofundar os conhecimentos sobre o campo e as diferentes relações de trabalho que os sujeitos vivenciam nesse espaço.</p> <p><b>(EF6EC37CTEBA)</b> Compreender os ecossistemas dos estabelecimentos familiares, das localidades e regiões que vivem.</p> <p><b>(EF6EC38CTEBA)</b> Refletir sobre os diferentes sistemas de cultivo praticados no campo, bem como sua importância no conjunto do sistema de produção familiar.</p> <p><b>(EF6EC39CTEBA)</b> Refletir sobre os sistemas de criação praticados na região.</p> <p><b>(EF6EC40CTEBA)</b> Aprofundar o conhecimento sobre as atividades de bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, piscicultura e extrativismo.</p> <p><b>(EF6EC41CTEBA)</b> Aprofundar o conhecimento sobre os ecossistemas a partir do diálogo sobre saberes populares e escola.</p>	<p>Estudo das características do solo do município;</p> <p>Estudos das características climáticas do município;</p> <p>Descrição das características dos estabelecimentos familiares dos alunos atendidos na escola;</p> <p>Produção de inventário da vegetação local;</p> <p>Descrição dos ecossistemas locais;</p> <p>Elaboração de croquis das propriedades familiares dos alunos;</p> <p>Uso das operações matemáticas, geometria, ângulos e escala na construção de Croquis representativos das propriedades dos educandos;</p> <p>Uso do cálculo de volumes e da planta baixa para projetar instalações de importância na Agricultura Familiar como silos, reservatórios, currais e viveiros;</p> <p>Construção de Maquetes (ex.: distribuição dos ecossistemas nas localidades e estabelecimentos que moram);</p>
--	--	---	--



		<p><b>(EF6EC42CTEBA)</b> Caracterizar os agrossistemas locais e as formas de usos dos recursos naturais no cultivo, na criação, nas atividades extrativistas, e no beneficiamento da produção.</p> <p><b>(EF6EC43CTEBA)</b> Conhecer as características dos agrossistemas locais e suas potencialidades.</p> <p><b>(EF6EC44CTEBA)</b> Conhecer as formas de trabalho e as estratégias para a solução dos problemas enfrentados nos agrossistemas familiares.</p> <p><b>(EF6EC45CTEBA)</b> Refletir sobre a transição agroecológica, visando o desenvolvimento Local e sustentável.</p>	<p>Construção de cartazes, e Painéis com a representação dos agrossistemas;</p> <p>Relatos de experiências (convite a agricultores);</p> <p>Visita a uma casa de farinha; Visita a uma propriedade produtora de leite;</p> <p>Visita a uma propriedade produtora de cana-de-açúcar;</p> <p>Visita a uma casa do mel;</p> <p>Entrevista a um apicultor;</p> <p>Visita a uma propriedade de piscicultura familiar;</p> <p>Descrição dos processos de produções de alimentos artesanais do município (queijo, requeijão, rapadura, biscoitos, bolos, doces etc.);</p> <p>Conhecimento das associações e cooperativas de produção do município de Caetité; (produção de doces do Movimento de Mulheres, produção de biscoito da associação de produção de chapéus e esteiras de Vargem do Sal, a cooperativa COOMANDAC etc.);</p>
--	--	--	---

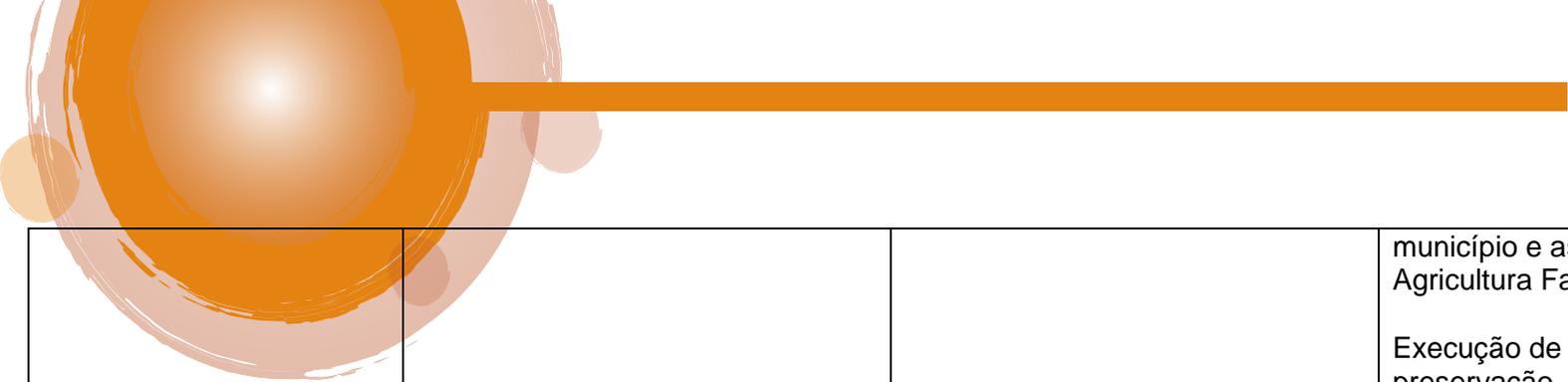


			<p>Realização de aulas debates com representantes das cooperativas que oferecem suporte técnico e financeiro a agricultura familiar do município (COOTRAF, CRESOL);</p> <p>Produção de vídeos dos sistemas de produção local;</p> <p>Produção de vídeo dos sistemas de criação local;</p> <p>Realização de convite à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para discutir políticas públicas e ações de apoios aos Sistemas de Criação e de Produção da Agricultura Familiar Local;</p> <p>Entrevista com Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e pesquisa de documentos para produção de dados sobre os Sistemas de Produção familiar no município;</p> <p>Reprodução de vídeos sobre ecossistemas e agrossistemas;</p> <p>Sugestões de Leitura: BRASIL, Caderno nº02 do Educador: ProJovem Campo – Saberes da Terra. <b>Sistema de</b></p>
--	--	--	--

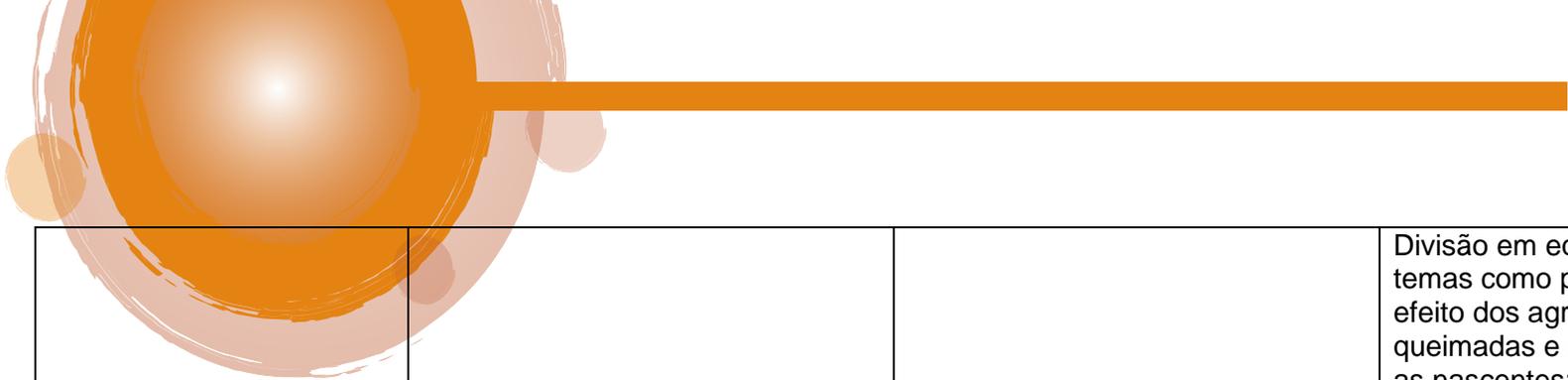
			<p><b>produção e processos de trabalho no campo:</b> caderno pedagógico educadoras e educadores/ Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010<sup>359</sup>;</p> <p>FEIDEN, Alberto. Agroecologia: Introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). <b>Agroecologia:</b> princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica;</p>
<p><b>A água para consumo humano e produção familiar</b></p>	<p>Água: fonte de vida</p> <p>Água: um direito de todos</p> <p>A água no mundo no Brasil e no semiárido brasileiro</p> <p>Tecnologias de captação de águas da chuva: Cisternas, cisternas de produção e barragens subterrâneas</p> <p>Cisternas de captação de água: Uma tecnologia que revolucionou o semiárido</p>	<p><b>(EF6EC46CTEBA)</b> Compreender a importância da água para a existência da vida no planeta.</p> <p><b>(EF6EC47CTEBA)</b> Compreender a água como direito incondicional a todo ser humano.</p> <p><b>(EF6EC48CTEBA)</b> Refletir sobre a água e seus usos no mundo, no semiárido e no nosso município.</p> <p><b>(EF6EC49CTEBA)</b> Conhecer as tecnologias de captação de águas de chuvas.</p>	<p>Realização de pesquisa sobre a água na composição dos seres vivos, sobretudo do ser humano;</p> <p>Emprego de diversos gêneros textuais e uso da produção oral e escrita para falar sobre o direito a água;</p> <p>Realização de levantamento sobre o acesso a água nas comunidades dos educandos, com uma posterior apresentação dos dados coletados;</p>

<sup>359</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6006-caderno2-educador-sistemas-de-producao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6006-caderno2-educador-sistemas-de-producao&Itemid=30192)

	<p>Cisterna: manejo e cuidado</p> <p>Cisterna nas escolas</p> <p>Mananciais no semiárido: córregos, riachos e açudes</p> <p>Preservação das nascentes: Importância e legislações</p> <p>Uso racional da água</p> <p>O uso da água na produção Familiar no semiárido</p> <p>Água e sustentabilidade</p>	<p><b>(EF6EC50CTEBA)</b> Debater sobre a importância das cisternas de captação de água para o semiárido e, sobretudo, para a agricultura familiar.</p> <p><b>(EF6EC51CTEBA)</b> Compreender os cuidados e o manejo das águas de chuvas e das cisternas de captação.</p> <p><b>(EF6EC52CTEBA)</b> Conscientizar da importância da preservação das nascentes e de todas as fontes de água.</p> <p><b>(EF6EC53CTEBA)</b> Conhecer as legislações ambientais para preservação de córregos riachos e açudes.</p> <p><b>(EF6EC54CTEBA)</b> Debater sobre o uso racional da água.</p> <p><b>(EF6EC55CTEBA)</b> Conhecer tecnologias de uso racional da água na agricultura familiar apropriadas para o semiárido.</p> <p><b>(EF6EC56CTEBA)</b> Discutir sobre água e sustentabilidade.</p>	<p>Realização de entrevista com moradores para falar sobre o antes e o depois das cisternas de captação de água;</p> <p>Produção de folhetos informativos sobre os manejos e cuidados com águas da chuva e cisternas;</p> <p>Realização de rodas de conversas, para socialização dos problemas relacionados ao acesso a água e as possíveis alternativas;</p> <p>Reprodução de vídeos sobre as tecnologias de uso racional da água no semiárido;</p> <p>Realização de visita guiada em propriedade de agricultores que empregam tecnologias de uso racional da água;</p> <p>Produção de debates com a presença de representantes de entidades com experiência na captação de água no semiárido, e que atuam em nosso município (CASA, ASA, CARITAS);</p> <p>Realização de Convite à Secretaria Municipal de Recursos Hídricos para falar sobre as políticas Públicas de suprimento de água no</p>
--	--	---	---



			<p>município e as ações de apoio à Agricultura Familiar;</p> <p>Execução de projetos que envolve preservação, água e sustentabilidade na escola;</p> <p>Realização de visita guiada a uma cisterna de produção do município, para conhecimento dessa tecnologia, combinada com entrevistas e produções de vídeos;</p> <p>Produção de cordéis sobre as cisternas e sua importância na vida dos educandos;</p> <p>Utilização da cisterna das escolas para realização de experiências de convivência com o semiárido;</p> <p>Produção de poesias e poemas sobre o uso da água nas comunidades do campo;</p> <p>Uso de músicas que tratam do tema e realização de um posterior debate sobre os elementos apresentados;( Planeta água, de Guilherme Arantes...);</p> <p>Elaboração de levantamento de dados das nascentes locais e suas condições de preservação;</p>
--	--	--	--



			<p>Divisão em equipes para trabalhar temas como poluição da água, efeito dos agrotóxicos, efeito das queimadas e desmatamento sobre as nascentes;</p> <p>Produção de cartazes de incentivo ao uso racional da água.</p>
--	--	--	---

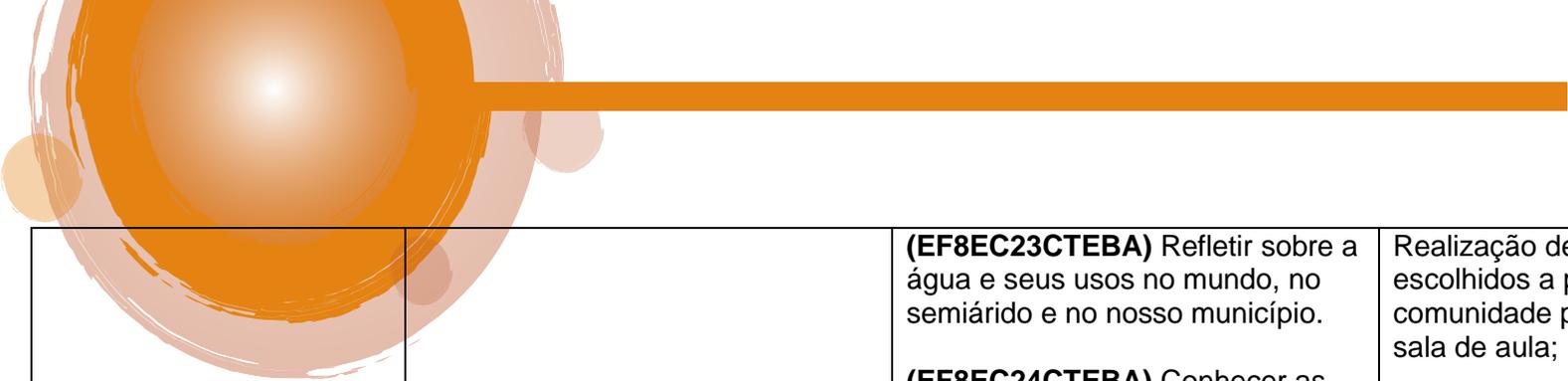
16.5.5. 8º ano e 9º ano

<b>Ano de Escolarização</b>	8º ano e 9º ano
<b>Áreas do Conhecimento</b>	Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas

1ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<b>Relações familiares e afetividade</b>	<p>Reconhecimento de relações familiares, afetividade e crescimento</p> <p>Aspectos de crescimento observado através de retrospectiva de lembranças dos membros da família e da comunidade</p> <p>Genealogia hierárquica (avós, pais, filhos...), respeito e configurações de veículos na atualidade</p> <p>A comunidade e seus registros</p> <p>Comunidade: convivências e interações entre as pessoas</p> <p>Comunidade e escola: uma interação necessária</p> <p>Direito à permanência do sujeito do campo no ambiente escolar e seus arredores</p>	<p><b>(EF8EC01CTEBA)</b> Reconhecer e resguardar os laços afetivos de carinho, atenção, proteção.</p> <p><b>(EF8EC02CTEBA)</b> Entender as relações familiares como algo importante na formação do ser humano.</p> <p><b>(EF8EC03CTEBA)</b> Compreender questões hereditárias e genéticas a partir de observação dos nossos ascendentes.</p> <p><b>(EF8EC04CTEBA)</b> Promover o bem estar entre os entes queridos, valorizando a constituição familiar.</p>	<p>Roda de conversas resgatando a importância dos laços familiares, do carinho, atenção e proteção;</p> <p>Confecção de um painel familiar;</p> <p>Promoção de momentos marcantes entre os estudantes e sua família, exploração das fotos reconhecendo as boas lembranças com a família;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar);</p> <p>Levantamento e o orçamento de tudo o que é produzido pelas famílias, desenvolvendo a percepção do não precisar comprar,</p>

	Escola x Família x Comunidade: cada um tem o seu papel		sempre comparando a qualidade dos alimentos;
<b>Estrutura familiar e de vínculos</b>	<p>Mudanças e permanência na forma de organização familiar</p> <p>Grupo social e meu tempo</p> <p>Compreensão e leitura de lugar no mundo</p> <p>As fases da vida e a ideia de temporalidade (presente, passado e futuro)</p>	<p><b>(EF8EC05CTEBA)</b> Identificar mudanças de hábitos entre as famílias em decorrência do tempo.</p> <p><b>(EF8EC06CTEBA)</b> Reconhecer as diferentes relações familiares existentes na comunidade em que vive de acordo as fases da vida.</p>	<p><b>Realização de trabalho de pesquisa ou entrevista com parentes mais velhos para coletar dados sobre os modos de vida antes e do momento atual e pontuar quais diferenças e quais semelhanças;</b></p> <p>Apresentação teatral com base na realidade de famílias da comunidade elencando pontos como modos de convivência, respeito ao outro, crenças, tradição familiar e outros costumes (os próprios alunos poderão montar o texto da peça teatral).</p>

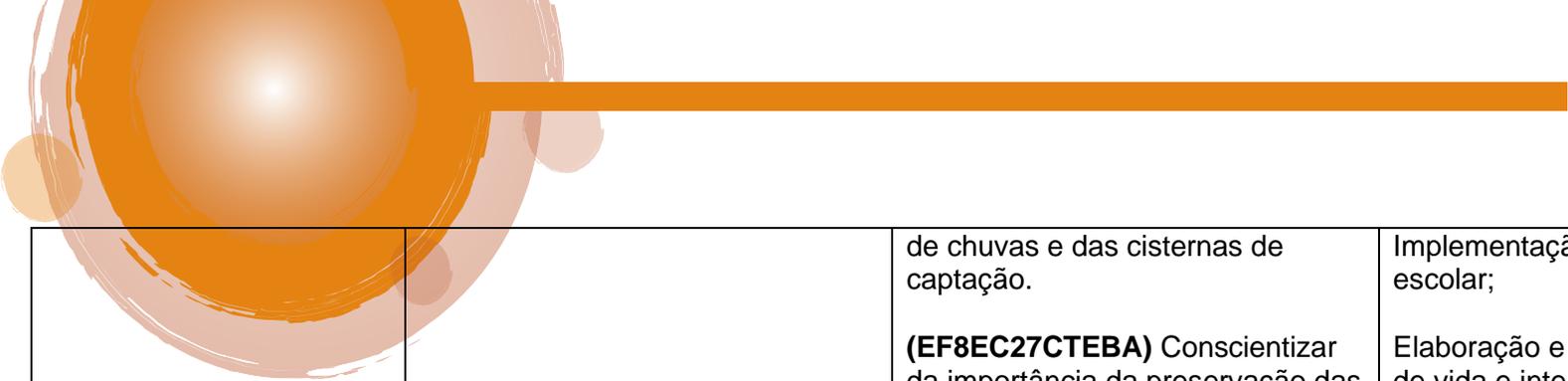
<b>2ª Unidade</b>			
<b>Tema Gerador</b>	<b>Saberes e Conhecimentos</b>	<b>Expectativas de Aprendizagem</b>	<b>Sugestões Metodológicas</b>
<b>Envelhecimento e qualidade de vida de idosos residentes da Zona Rural</b>	<p>Qualidade de vida e a saúde dos idosos nas zonas rurais</p> <p>Percepção do idoso relativa à própria saúde, à vida e demais variáveis relacionadas à assistência a saúde</p>	<p><b>(EF8EC21CTEBA)</b> Compreender a importância da água para a existência da vida no planeta.</p> <p><b>(EF8EC22CTEBA)</b> Compreender a água como direito incondicional a todo ser humano.</p>	<p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Resgate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal / informal;</p>



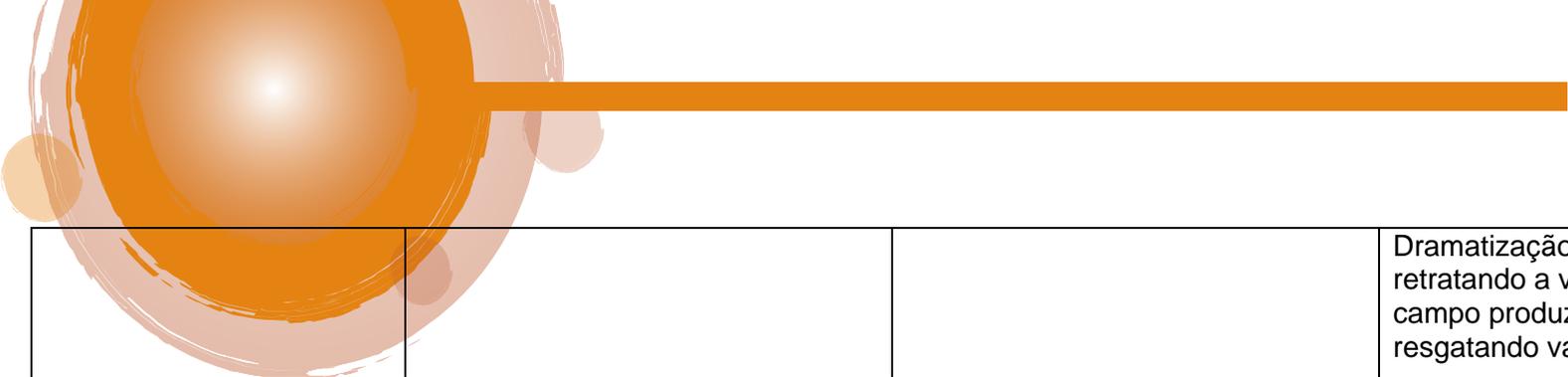
		<p><b>(EF8EC23CTEBA)</b> Refletir sobre a água e seus usos no mundo, no semiárido e no nosso município.</p> <p><b>(EF8EC24CTEBA)</b> Conhecer as tecnologias de captação de águas de chuvas.</p> <p><b>(EF8EC25CTEBA)</b> Debater sobre a importância das cisternas de captação de água para o semiárido e, sobretudo para a agricultura Familiar.</p> <p><b>(EF8EC26CTEBA)</b> Compreender os cuidados e o manejo das águas de chuvas e das cisternas de captação.</p> <p><b>(EF8EC27CTEBA)</b> Conscientizar da importância da preservação das nascentes e de todas as fontes de água.</p> <p><b>(EF8EC28CTEBA)</b> Conhecer as legislações ambientais para preservação de córregos riachos e açudes.</p> <p><b>(EF8EC29CTEBA)</b> Debater sobre o uso racional da água.</p> <p><b>(EF8EC30CTEBA)</b> Conhecer tecnologias de uso racional da</p>	<p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p> <p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confecção de um mini dicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p> <p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p> <p>Realização de oficinas integrando escolar e comunidades;</p> <p>Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser</p>
--	--	---	---

	<p>água na agricultura familiar apropriadas para o semiárido.</p> <p><b>(EF8EC31CTEBA)</b> Discutir sobre água e sustentabilidade.</p>	trabalhado com atividades com o conselho tutelar);
--	--	--

3ª Unidade			
Tema Gerador	Saberes e Conhecimentos	Expectativas de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas
<p><b>Representatividade Cultural e memórias do homem do campo</b></p>	<p>Importância e valorização aos sujeitos do campo</p> <p>Pluralidade de conhecimentos e saberes</p> <p>Cultura, transformação, conhecimento e memórias</p> <p>Valorização/desvalorização dos saberes locais</p> <p>Cultura local sendo passada entre gerações</p> <p>Memória, patrimônio e história do sujeito do campo das diferentes localidades do município de Caetité</p>	<p><b>(EF8EC21CTEBA)</b> Compreender a importância da água para a existência da vida no planeta.</p> <p><b>(EF8EC22CTEBA)</b> Compreender a água como direito incondicional a todo ser humano.</p> <p><b>(EF8EC23CTEBA)</b> Refletir sobre a água e seus usos no mundo, no semiárido e no nosso município.</p> <p><b>(EF8EC24CTEBA)</b> Conhecer as tecnologias de captação de águas de chuvas.</p> <p><b>(EF8EC25CTEBA)</b> Debater sobre a importância das cisternas de captação de água para o semiárido e, sobretudo para a agricultura Familiar.</p> <p><b>(EF8EC26CTEBA)</b> Compreender os cuidados e o manejo das águas</p>	<p>Pesquisa, escrita e elaboração de jornal escolar, como veículo de comunicação escola e comunidade;</p> <p>Regate de expressões locais próprias, classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença das linguagens formal/ informal;</p> <p>Realização de pesquisa com temas escolhidos a partir de anseios da comunidade para ser debatidas em sala de aula;</p> <p>Confecção de cadernos para registrar textos de memórias que serão (re)contadas pelas pessoas da comunidade através de entrevista feita pelos alunos;</p> <p>Confecção de um mini dicionário com expressões e seus respectivos sinônimos usados pelo homem do campo local;</p>



		<p>de chuvas e das cisternas de captação.</p> <p><b>(EF8EC27CTEBA)</b> Conscientizar da importância da preservação das nascentes e de todas as fontes de água.</p>	<p>Implementação de uma rádio escolar;</p> <p>Elaboração e execução de projetos de vida e interdisciplinares com o propósito de fomentar reflexão sobre a importância das raízes culturais deste povo;</p> <p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias festivos como; família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Realização de práticas agroecológicas com o apoio da comunidade, replantando o quintal com um herbário. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Realização de sarau envolvendo escola e comunidade;</p> <p>Exibição e análise de filmes que estão relacionados com os projetos desenvolvidos na escola;</p>
--	--	--	--



			Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores.
<b>Sujeitos coletivos de direito</b>	<p>Políticas sociais macroeconômicas</p> <p>Política agrícola</p> <p>Missão de educar, capacitar e promover a inclusão social do homem do campo</p> <p>Encantos, Fé e história</p> <p>Riscos e desafios</p>		<p>Valorização dos talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, reisados..., Festival de Talentos; que serão apresentados em dias festivos como: família na Escola, São João, Consciência Negra;</p> <p>Realização de práticas agroecológicas com o apoio da comunidade, replantando o quintal com um herbário. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo;</p> <p>Exploração do ambiente externo da escola, através de rodas de leitura ao ar livre;</p> <p>Dramatização de peças teatrais retratando a vida do homem do campo produzida pelos alunos resgatando valores.</p>

## REFERÊNCIAS

A importância da família no processo de ensino aprendizagem dos alunos da Escola Maria de Nazaré Oliveira na turma de jardim II. Monografias Brasil Escola.

Disponível em:

<https://m.monografias.brasilecola.uol.com.br/amp/pedagogia/importancia-familia-processo-ensino-aprendizagem-dos-alunos-escola-maria-nazare-oliveira-jardim-ii.htm> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

BELNIOK, Luzia Maria. **Memória familiar**: da minha para a nossa História. Desafios da Escola Pública Paranaense da perspectiva do professor PDE, 2014. Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unicentro\\_hist\\_pdp\\_luzia\\_maria\\_belniok.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_hist_pdp_luzia_maria_belniok.pdf) Acesso em: 15 de agosto de 2020.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. II Caderno Temáticos da Educação do Campo. Coordenação da Educação do Campo. Curitiba: SEED – Pr., 2009. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo02.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo02.pdf) Acesso em: 15 de agosto de 2020.

Importância dos vínculos familiares na primeira infância. Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância, 2016. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/WP\\_Vinculos%20Familiares.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/WP_Vinculos%20Familiares.pdf) Acesso em: 15 de agosto de 2020.

LEMES, Lúcia Korczovei; BOVO, Marcos Clair. **Os caminhos do nosso dia a dia**: A importância de conhecer o lugar onde vivemos, 2013. Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_fecilcam\\_geo\\_artigo\\_lucia\\_korczovei\\_lemes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fecilcam_geo_artigo_lucia_korczovei_lemes.pdf) Acesso em: 15 de agosto de 2020.

MOTA, Maria Sebastiana Gomes; PEREIRA, Francisca Elisa de Lima.

**Desenvolvimento e aprendizagem**: Processo de construção do conhecimento e desenvolvimento mental do indivíduo. Portal MEC. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc\\_desenvolvimento.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_desenvolvimento.pdf) Acesso em: 15 de agosto de 2020.

Relacionamento Interpessoal: Tudo Que Você Precisa Saber. SBCoaching, 2017.

Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/relacionamento-interpessoal/> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

SANTOS, Bernadete Mariene Carneiro, [et. al.]. Construindo saberes para educação contextualizada. 3. Ed. Recife: MOC/Gráfica Provisual, 2015. 124 p. — (Séries Cadernos Pedagógicos 1).

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para a diversidade**: uma prática a ser construída na Educação Básica, 2008. Disponível em:



<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

SILVA, Juliana Franchi da. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. **Revista Latino-Americano de História**, 2012. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/81/59> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

## 17. EDUCAÇÃO ESPECIAL

### 17.1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial (EE), na perspectiva da educação inclusiva, está fundamentada em alguns princípios, a saber: acesso à educação de qualidade, equidade, direito à dignidade humana, igualdade de oportunidades, direito de aprender e de ser diferente. Nessa perspectiva, as políticas públicas educacionais devem ser reconhecedoras das diferenças, diversidade, singularidade e potencialidade de cada sujeito na efetivação do processo ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Nessa perspectiva, a EE assume a cada dia, maior relevância, no sentido de atender às crescentes demandas da sociedade em busca da democratização do conhecimento. Ela só se concretiza, na medida em que todas as pessoas, sem discriminação, tenham acesso à educação, sentindo-se partícipes da sociedade.

A Educação Especial tem como fundamento científico, os estudos do médico francês Jean Itard e sua filosofia fundamentava numa concepção clínica, idealizada de forma segregacionista, justificando que as pessoas com deficiência não se enquadravam às exigências do sistema de ensino comum, dificultando assim, a aceitação e inclusão desses sujeitos na educação básica. No entanto, a partir do início do século XX, a concepção terapêutica e segregacionista vai perdendo força e, ideias da educabilidade vão sendo construídas, surgindo às primeiras escolas com pedagogos e psicopedagogos interessados nos estudos da pessoa com deficiência. (SOUZA, 2011, p. 42-43).

O contexto histórico da educação inclusiva está conectado à defesa dos direitos humanos, graças as reivindicações de diversos movimentos sociais. No final da década de 1960, intensificaram as lutas para que as pessoas com deficiência saíssem da invisibilidade e seus direitos fossem garantidos.

Para compreendermos como o processo de inclusão é histórico, faz-se necessário abordar que as primeiras classes e escolas especializadas surgiram por volta da década de 50 e 60 com o conceito de normalização dos indivíduos, no entanto de forma assistencialista. Na década de 70, tem-se a ideia de reabilitação na educação, aceita-se o estudante com deficiência nas classes comuns, porém são segregados, uma vez que não tinha condições de atendimento.

A partir da década de 90, os movimentos marcados pela exclusão e segregação foram substituídos por propostas inclusivas com a implantação de políticas públicas, voltadas para inclusão das pessoas com deficiência.

A política educacional inclusiva é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei, onde todos os indivíduos, público da Educação Especial sejam matriculados em escola comum, o que se baseia na concepção de educação para TODOS, com igualdade de oportunidades.

Na concepção de Romanowski (2010),

A sala de aula é um ambiente de diversidade, uma vez que abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante, em que cada aluno é singular, com uma identidade originada de seu grupo social, estabelecida por valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de condutas, trajetórias peculiares e possibilidades cognitivas diversas em relação a aprendizagem.

Diante da diversidade, é necessário que o poder público promova a acessibilidade, mediante ações como:

- Concretização de um ensino de qualidade social, alicerçado na valorização dos profissionais em educação e na política de formação continuada.
- Fortalecimento e implantação das políticas educacionais específicas e de inclusão que atendam as populações historicamente excluídas e as minorias;
- Ampliação na rede municipal de ensino do número de salas de aula, de tecnologia educacional, equipadas e com acesso à internet;
- Adequação do espaço físico escolar, de forma que possibilite a introdução de espaços como bibliotecas, laboratórios, quadras cobertas, espaços para culturas e lazer, placa tátil e em LIBRAS perto da entrada e em braile o nome da escola, mapa de localização tátil ou maquete, portas vazadas, rodapé escuro, bebedouros com duas alturas, paredes com corrimão de um lado, pisos de orientação, banheiro com barras de apoio e portas largas, pias com alturas distintas, alarme de incêndio que emite som e luz, refeitório (guichês com altura adequada para quem usa cadeira de rodas), caminhos cimentados, brinquedos (balanço, gangorra) com quinas arredondadas, brinquedo inclusivo (sexta de basquete), campanha sinalizadora, computadores, DOS-VOX, TV, DVD, aparelho de som, máquina de escrever em braile, papel para escrever em braile, reglete, soroban, punção, laptop, lupa, livros em baile, jogos coloridos, bola de guizo, dentre outros.

- Criação de um programa de qualificação e capacitação permanente dos profissionais que trabalham com o público da Educação Especial, em todos os níveis em parceria com as Universidades, utilizando inclusive as novas tecnologias de comunicação e informação.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desse modo, se a educação é direito de todos e dever do Estado, às pessoas com deficiência são atendidas, no que concerne ao direito; legitima a oferta do atendimento educacional especializado a estudantes, indicando que deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino e estabelece a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

As consignações da CF respaldam a garantia de Educação para Todos, conforme preconizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 1948); na Conferência Mundial da Educação (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 1990) e na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) das quais o Brasil é signatário, reitera a educação como um direito e apresenta-se como um ponto de partida para a construção de uma educação inclusiva.

A Conferência Mundial da Educação, teve como objetivo discutir temas e desafios educacionais. O resultado da conferência, foi a publicação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. No artigo 3º, faz referência a à pessoa com deficiência (Unesco, 1990):

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências<sup>1</sup> requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A Declaração de Salamanca, documento considerado um marco na área da Educação Especial, estabelece princípios norteadores para o desenvolvimento de

políticas e práticas educacionais direcionadas a estudantes com deficiência, atendendo, aos anseios dos movimentos sociais que defendiam o fim da segregação em ambientes escolares. Alguns de seus princípios são (Unesco, 1994):

toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;  
sistemas educacionais deveriam ser designados... [...] no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;  
escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras;  
uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

No mundo inteiro, a Carta de Salamanca, subsidiou a construção de uma vasta legislação voltada para as pessoas com necessidades educacionais especiais. No Brasil, foi utilizada como base para a construção de vários artigos da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, que trata a Educação Especial, a saber:

Art.4º, III - atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns;



IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Em 1999, aconteceu a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência ou simplesmente a Convenção da Guatemala, movimento que define medidas de eliminação de todas as formas de discriminação, afirmando que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação baseada na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício desses direitos. O Brasil assume seus princípios através do Decreto nº 3.956/2001. No Art. 1º, o Decreto determina:

Art. 1º A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Dando segmento aos acordos firmados no contexto internacional, o Brasil traçou o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001, e a sistematização das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001). Mais tarde, respaldando-se no princípio inclusivo sancionou a Lei nº 10.845/2004, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, considera todas as suas etapas e modalidades desde a educação infantil, definindo que os serviços da educação especial sejam ofertados quando percebido, por meio de avaliação e também de interação com a família, a necessidade de atendimento educacional especializado. Desse modo, os sistemas de ensino precisam realizar as matrículas de todos os estudantes que lhes procuram, se adequando quando necessário para atender os estudantes com necessidades educacionais especiais, primando pela qualidade do processo formativo.

Lembrando que educação especial conforme essa resolução, é definida por uma proposta pedagógica que garanta recursos e serviços educacionais especiais construídos para apoiar, complementar e suplementar, podendo em alguns casos vir



a substituir os serviços comuns na área da educação, sem deixar, contudo, de possibilitar a educação escolar e o desenvolvimento das potencialidades do estudante que demonstra necessidade educacional especial. Tudo isso, pensando na construção de uma educação inclusiva, que considere os direitos do estudante de estudar, trabalhar e de se inserir na vida social, valorizando e reconhecendo as diferenças, potencialidades e também necessidades, pensando no pleno exercício da cidadania e participação social.

Essa resolução prevê ainda no seu Art. 7º que o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais precisa ocorrer em classes comuns do ensino regular levando em conta qualquer etapa ou modalidade da Educação básica, contando com professores capacitados e especializados, flexibilização e adaptações curriculares que busque metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, bem como avaliações que sejam adequadas.

Em 24 de abril de 2002, foi promulgada a lei 10.436, que dispoe sobre a Língua Brasileira de Sinais, importante marco para a comunidade surda. No seu artigo 1º há o reconhecimento “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Nos artigos 2º e 3º determina a garantia de que a Libras seja difundida pelos orgaos públicos como meio de comunicação da comunidade surda brasileira e a esse público seja destinado tratamento adequado de saúde e assistência.

No Art. 4º fica determinado que “O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), conforme legislação vigente”, medida necessária para dar acesso aos professores e profissionais condições para conhecer a Língua Brasileira de Sinais.

No decreto federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, garante um direito primordial para a comunidade surda, pois estabelece que estudantes com deficiência auditiva tenham direito a uma educação bilingue nas classes regulares, ou seja, os



surdos precisam aprender a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como modalidade de escrita, segunda língua.

Em 2006 houve a publicação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa convenção objetivou, possibilitar e assegurar as pessoas com deficiência acesso aos direitos humanos, de forma equitativa e com respeito a sua dignidade. Destaca-se que em 2009 aqui no Brasil, essa lei foi ratificada, tendo desde então equivalência de emenda constitucional, servindo de referência para outras leis no país.

Essa convenção preconizou nos seus princípios a não discriminação, independência da pessoa, participação e inclusão na sociedade, respeito pela diferença como sendo parte da diversidade humana, igualdade de oportunidades e acessibilidade. Para tanto, o Estado deve assegurar esses direitos por meio de políticas, medidas e programas, promovendo pesquisas, produtos, novas tecnologias, serviços, equipamentos, instalações e informações acessíveis. Além de todos esses recursos, deve-se também capacitar profissionais e equipes para dar assistência, e atender as necessidades específicas da pessoa com deficiência.

A Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência traz ainda no seu Art. 5º em relação a igualdade e a não discriminação, que o Estado reconhece que todas as pessoas são iguais perante a lei, devendo, portanto, proibir qualquer prática discriminatória por motivo de deficiência e garantir proteção legal.

Nesse sentido, os Estados reconhecem o direito da pessoa com deficiência de ter acesso a uma educação que seja inclusiva em todos os níveis, não permitindo que estas sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência.

Até então, prevalecia o paradigma clínico que entendia a deficiência como um obstáculo a integração social, cabendo unicamente às pessoas com deficiência adaptar-se às condições ambientais existentes. A convenção rompe com essa visão e apresenta a percepção de que a deficiência é um fenômeno social resultante da combinação de dois fatores: as restrições individuais de uma pessoa e barreiras impostas pela sociedade. O texto a seguir apresenta essa definição (BRASIL, 2011):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.



De acordo, essa concepção, a sociedade deve assumir a corresponsabilidade de eliminar barreiras, de maneira a permitir que as pessoas com deficiência construam sua autonomia e independência. No contexto educacional, tal perspectiva suscita impactos determinantes na forma de pensar o acolhimento das diferenças humanas no ambiente escolar, uma vez que desconstrói o cômodo argumento de que a escola e os professores não estão preparados para atender ao estudante com deficiência.

Além disso, a convenção ratifica que as pessoas com deficiência não devem ser excluídas do sistema educacional sob arguição de deficiência. Ao contrário, devem ter acesso ao ensino em igualdade de condições, de modo a conviver de modo pleno com toda a comunidade escolar.

Em 2008, o Brasil elabora A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), sendo configurada como uma série histórica de intenções, ações e concepções que redefiniu a Educação Especial, ampliando seus objetivos e orientando os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade em níveis mais elevados de ensino, transversalidade da modalidade Educação Especial, desde a educação infantil até a educação superior.

Essa política objetivou o acesso, a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, na escola comum. Nesse sentido, a educação inclusiva surgiu primando por mudanças a nível cultural e estrutural da escola, visando respeitar as diferenças, as especificidades e superar a lógica da exclusão.

A política define também ações de formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para efetivar a inclusão. Reafirma o conceito de Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar e define o público-alvo da educação especial, composto por estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2008).

Para regulamentar essa política, instituiu-se o Decreto nº 6.571/2008, que dispunha sobre o AEE, e o financiamento por meio de duplo cômputo no FUNDEB a escolarização do público alvo de Educação Especial. Com essas prerrogativas, o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação de estudantes, considerando suas necessidades específicas. Sua execução pressupõe



conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da língua portuguesa como segunda língua, do sistema braille, do soroban, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, da adequação e produção de materiais pedagógicos, da tecnologia assistiva e outros, em salas de recursos multifuncionais ou centros de apoio.

Essa política trata também da avaliação dos estudantes e da viabilidade operacional da educação inclusiva. A avaliação é definida como um processo dinâmico, que considera tanto o conhecimento prévio como as possibilidades futuras de aprendizagem. Nesse sentido, o educador deve analisar o desempenho do estudante em relação a seu progresso individual, valorizando os aspectos qualitativos desse percurso.

Quanto à viabilidade operacional do modelo inclusivo, os sistemas de ensino devem disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a Educação Especial, o AEE e dá outras providências, revoga o Decreto nº 6.571/2008 e abre a possibilidade de que as instituições especializadas devidamente credenciadas nos sistemas públicos de ensino possam receber financiamento por escolarização de estudantes da Educação Especial. A orientação desse normativo enfatiza em seu artigo 2º que a Educação Especial deve garantir o AEE e explicita as complementações e suplementações curriculares desse atendimento. O modo de organização curricular complementar é destinado a estudantes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento de modo a garantir apoio permanente e ilimitado no tempo e na frequência de estudantes às salas de recursos multifuncionais, e o modo suplementar do currículo é disponibilizado à formação de estudantes com altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2011).

Em 2012, foi promulgada a Lei n. 12.764, também conhecida como a Lei Berenice Piana, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Para efeitos legais, este documento passou a admitir o sujeito com este transtorno como uma pessoa com deficiência, considerado um ganho gigantesco para a comunidade autista. De acordo a Lei, no

artigo I, inciso I e II, o indivíduo é considerado pessoa com o Transtorno do Espectro Autista se:

- I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

A pessoa com TEA, considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantiu também o direito de prioridade em filas, assim sendo só estabelecimentos públicos e privados “poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista”.

No artigo segundo da Lei são estabelecidas a política nacional de proteção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista

No artigo 3º, assegura os direitos da Pessoa com TEA em todas as áreas dando-lhes proteção, acesso a saúde, medicamentos quando necessário, diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional, acesso à educação, mercado de trabalho.

É nesse artigo que fica estabelecido o direito que a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem direito a educação e se comprovada a necessidade direito de um acompanhante especializado, onde se lê:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º terá direito a acompanhante especializado.

Ainda no âmbito educacional, o Artigo 7º, traz uma conquista para a Pessoa com TEA e seus familiares, a saber:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de estudante com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Mais uma vez, o Brasil ao elaborar um marco legal sobre a Educação, ratifica o direito a Educação as pessoas público alvo da Educação Especial. O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, na meta 04, estabelece:



universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Essa meta, reforça todos os direitos adquiridos, entretanto, o termo preferencialmente no ensino regular mais uma vez aparece, dando brecha para exclusão.

No município de Caetité, a Lei Nº 789, do Plano Municipal de Educação de Caetité, ratifica o que estabelece a meta 04, do PNE e elabora diversas estratégias para cumprir o que está previsto legamente.

Em 2015, promulga a Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência que é uma junção das demais leis anteriormente citadas, reformuladas e atualizadas, pois além do direito ao acesso, a LBI estabelece condições para a permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras que antes eram vistas nos indivíduos e a partir da Lei, passa a ser barreiras do sistema que devem ser eliminadas. No capítulo que trata da Educação, a referida lei, estabelece:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

A Bahia, em 2017, publica as Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação, importante marco orientador para prática pedagógica inclusiva, no Estado da Bahia.

Em termos de leis, o Brasil é robusto no que concerne a pessoa com deficiência e seus direitos a educação. Nesse sentido as escolas tem recebido um grande

número de estudantes com deficiência nas instituições de ensino, no entanto, promover a inclusão vai além de matricular, pois:

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas e seus estudantes acomodando ambos os estilos e ritmo de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado dos arranjos organizados, estratégias de ensino e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1994, p.61).

A educação é uma ferramenta de grande relevância para a formação de sujeitos críticos e autônomos na sociedade. Contudo, para que de fato exista a inclusão, as escolas devem fundamentar-se em ações direcionadas numa perspectiva da educação democrática, tendo como fundamento os princípios de acesso, permanência e apropriação do conhecimento por todos.

Esses marcos legais possibilitam estabelecer políticas públicas educacionais, de modo que garanta a igualdade de oportunidades, a equidade e a diversidade no processo educacional. Desse modo, o que estabelece esses marcos, devem ser convertidos em um compromisso de todos e em responsabilidades bem definida para sua efetivação.

Portanto, o avanço dos direitos humanos e o estabelecimento de uma legislação específica vêm assegurando direitos individuais e sociais as pessoas com deficiência. Isso tem contribuído para um reconhecimento da igualdade de direitos, em substituição à postura assistencialista que predominava anteriormente.

## 17.2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A relação da sociedade com a pessoa com deficiência é marcada por um processo classificatório, fundamentado na ideologia da normalização. Desse modo, é importante constatar que todo o processo que permeia a inclusão social, se deu devido as lutas constantes pelas diferentes minorias em busca dos seus direitos, do respeito e cidadania. A escola surge nesse contexto com um ambiente educacional inclusivo, acolhedor e que respeite acima de tudo as diferenças, e esse é um grande desafio para todos os envolvidos, ocorrendo de maneira processual e exigindo esforços de todos os profissionais atuantes no ambiente e comunidade escolar.

É importante destacar que no Brasil, até os anos 50, poucas eram as discussões sobre a Educação Especial, onde apenas instituições filantrópicas e outras



associações surgiam para acolher os indivíduos com necessidades especiais. Foi por volta dos anos 70 que a temática começou a ser dialogada, passando a ser uma preocupação dos governantes e levando-os a reavaliar e providenciar à criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Foi a Constituição Federal de 1988 um fator determinante para a Educação Especial, a qual deu ênfase aos direitos sociais e pelo estabelecimento dos princípios de descentralização e municipalização para a execução das políticas sociais, inclusive na educação, que passa a ser considerada direito subjetivo e garantido a todos.

Desse modo, com intuito de reduzir e extinguir a segregação de pessoas com deficiência do sistema de ensino comum, e favorecer a inclusão destas nos contextos do ambiente escolar comum a todos, que passou a acontecer a partir dos anos 90 uma reforma gradativa e processual dos sistema educacional, a qual acontece até os dias atuais, visando cada vez mais a inclusão e a diminuição de barreiras. E nesse contexto, muitos foram os eventos que contribuíram ainda mais para efetivação da Educação Especial, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990, na Tailândia. Onde coube ao país a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação e desse compromisso decorreu a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, concluído em 1993. Outro destaque foi a Declaração de Salamanca, em 1994, sendo este um marco para início da caminhada para a Educação Inclusiva, assim como a aprovação da LDB em 1996.

Seguindo o disposto em lei, entende-se que o paradigma da inclusão desses estudantes implica a reestrutura dos sistemas de ensino, a partir da qualificação (capacitação) dos professores, viabilizando a reorganização escolar de modo a assegurar aos estudantes as condições de acesso e, principalmente, de permanência, com sucesso, nas classes comuns. Desse modo, supõe-se que a educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim, tomam como princípio o uso da tolerância, do bom senso e da razão, preceitos estes que permitem aos homens relacionarem-se entre si. Ainda deve levar-se em conta a exequibilidade de formar essas crianças e jovens, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e tempo da escola.

A proposta atual da educação inclusiva visa o enriquecimento da educação através do convívio com as diversidades, de todas as ordens, culturais, morais, étnicas etc. E dentro dessa nova proposta o que deve ser buscado é inculcar nos estudantes a virtude, de modo que se reconheçam como responsáveis e realizadores



dos valores de sua sociedade. Não é uma tarefa fácil, uma vez que para que a escola inspire os valores éticos, necessários à educação cidadã, é necessário, que antes de qualquer coisa, seja a escola um espaço ético. O papel do professor dentro dessa problemática ganha relevância ainda maior, uma vez que é a partir dele, dos seus valores, de suas virtudes, da sua técnica ao preparar suas aulas, da forma como vai se relacionar com os seus estudantes, da forma como vai lidar com os seus próprios preconceitos e com os preconceitos do grupo é que outros valores poderão ser definidos.

Transformar a escola em um espaço plural, propiciando o convívio com as diferenças e democratizando as relações sociais, seria uma das formas mais eficazes de alcançar uma educação inclusiva em nosso município. E ainda, se a escola está inserida na sociedade com tantas diferenças, e pode ser ela um espaço onde se construa o respeito às diferenças que implicaria, necessariamente, na formação de verdadeiros profissionais inclusivos. A atuação do professor tem início já no diagnóstico, o qual tem uma participação essencial no processo de inclusão. É ele, por meio da observação e do trabalho com seus estudantes que vai, em primeiro lugar, descobrir essas necessidades, sendo ainda o mediador dos processos ensino-aprendizagem.

É através do professor que a escola acolhe o estudante público da educação especial, sendo este profissional o primeiro a receber o indivíduo e inserindo-o na sala de aula, sendo este primeiro contato e sua atitude perante a deficiência fatores determinante para facilitar o processo de inclusão e aceitação com as diferenças, no acolhimento dos colegas de classe e demais envolvidos neste processo. Para isso, o profissional e a escola devem estar amparados por todos os lados, contando com apoio e parceria da família, dos profissionais de apoio a Inclusão, da Equipe Multiprofissional, do Centro Estadual de Educação Especial (CEECE), além do oferecimento por meio da Secretaria de Educação de formação continuada constante em diversas temáticas para toda comunidade escolar, preparando a todos para o processo de inclusão e derrubando as barreiras que possam ser encontradas pelos sujeitos.

O trabalho de organização pedagógica, que envolve a programação, os procedimentos e avaliação, também é realizado, na maior parte das vezes pelo professor. É ele quem pensa nas estratégias para garantir que todos tenham a possibilidade de participar e aprender, pois ele é quem conhece cada um de seus



estudantes, o professor é conhecedor do seu espaço de trabalho, seja em sala de aula, seja na instituição como um todo.

A escola como um todo responde pelo processo de inclusão, contudo cabe ao professor promover a mediação entre a família e a escola, solicitando, sempre que necessário o seu suporte durante o ano letivo. Assim sendo, a mediação dá-se nos mais diversos níveis, seja no tocante ao trabalho pedagógico, nas relações em sala de aula, e também nas relações com a família e a comunidade. Podemos concluir então que a atuação do professor é de extrema relevância, e assim sendo, é de relevância também a sua preparação técnica para o desenvolvimento do seu trabalho.

Hoje em dia, a questão da formação desses profissionais encontra-se em situação muito melhor do que em décadas anteriores, entretanto, ainda longe do ideal. O processo de inclusão requer formação, treinamento para trabalhar com estudantes com necessidades especiais e indicam características, tais como: dedicação, amor, afeto, boa vontade, sensibilidade, paciência, respeito, empatia e compreensão, consideradas essenciais para o trabalho em educação especial. Tais características, ligadas à sensibilidade do ser humano, são de fato importantes, porém não podem sobrepor-se à questão técnica-profissional e de formação.

A esse respeito, Paulo Freire nos chama a atenção para o papel da sensibilidade no processo educativo, mas que esta não pode ser o único referencial na prática pedagógica, posto que o professor não é pai, nem mãe, mas um profissional que lida com o ser humano em múltiplas dimensões, não só a afetiva. A atuação pedagógica exige um processo de investigação, estudo e de solução de problemas. Na sala de aula o professor encontra problemas relacionados às condições de trabalho, da sua própria formação, ou das necessidades especiais do estudante. Essa situação exigirá do professor a busca de alternativas, outras estratégias, ou até mesmo uma reprogramação pedagógica para solucionar o problema. As soluções podem vir de vários campos do conhecimento e o professor deverá estar preparado para isso.

Na educação especial, na maior parte das vezes o professor deverá procurar alternativas à aula tradicional, para conseguir levar o estudante com especial a encontrar um caminho que o leve a alcançar as suas próprias potencialidades. O início da aprendizagem ocorre nos anos iniciais. Nesses anos escolares, as atividades são desenvolvidas segundo o Projeto Pedagógico da escola, com o objetivo de que todas



as crianças aprendam a ler e a escrever, além de outras experiências vividas com os colegas de classe.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico deve articular a educação comum e a educação especial, promovendo o trabalho colaborativo entre os professores da sala de aula regular, atendimento do AEE e acompanhamento da equipe multifuncional. É por meio desta articulação que serão promovidas as condições de aprendizagem da criança com deficiência, considerando suas necessidades educacionais específicas pois, é direito de toda criança ter acesso à educação e, é dever da família e do estado garantir a permanência.

Desse modo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Com base no disposto na lei e sem pretender respostas conclusivas, pode-se sugerir, dentre outras medidas, algumas das propostas elencadas abaixo:

- Elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os estudantes, desde a concepção dos objetivos;
- Reconhecer todos os tipos de potencialidades presentes na escola;
- Sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes;
- Adotar metodologias diversas e motivadoras;
- Avaliar os estudantes numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar.

Dessa forma, o que se pretende resgatar é um caráter de funcionalidade, ou seja, o que qualquer estudante pode requerer do sistema educativo quando frequenta a escola. Assim, as adequações curriculares constituem possibilidades educacionais para atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Pressupõe que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado as peculiaridades dos estudantes com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os estudantes. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o estudante deve aprender; Como e quando aprender;

Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; Como e quando avaliar o estudante.

Entre outros aspectos, é de suma importância destacar que, para que estudantes com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados. Destacando-se entre eles:

- A preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;
- O apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- As adequações curriculares e de acesso ao currículo.
- Características curriculares que facilitam o atendimento as necessidades educacionais especiais dos estudantes, dentre elas que os estudantes.
- Atividades que visam atingir o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado assim como as desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, em necessariamente de igual modo ou com a mesma ação e grau de abstração.

Salientado que as adequações curriculares apoiam-se nesses pressupostos para atender as necessidades educacionais especiais dos estudantes, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular.

Vale explicitar a extrema importância que o educador possui ao trabalhar com estudantes público da educação especial, sendo essencial saber respeitar o ser humano com suas características idiossincráticas e ritmos diferenciados de aprendizagem, onde toda e qualquer atuação profissional, deverá levar sempre em consideração as dimensões biopsicossocial do indivíduo, agindo permanentemente de maneira crítica e historicamente alicerçada. A inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais em classes da rede regular de ensino ainda é um desafio para todos mas, somente por meio de uma abordagem humanística e democrática, que perceba o sujeito e suas singularidades e tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos que a inclusão de fato ocorrerá. Cabe aos pais, a comunidade escolar e ao professor estarem preparados para lidar com as diferenças, além disso a escola deve ter habilidades e conhecimentos pedagógicos eficazes para trabalhar de forma inclusiva.

### 17.3. ESPAÇO EDUCACIONAL ACESSÍVEL

Não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. (BRASIL, 2001, p. 29).

O espaço escolar, deve ser visto como espaço de todos e para todos. Este desenho universal, implicará mudanças na escola, na busca por alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ambiente educacional. Assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva.

Werneck (1997, p.42) coloca que “[...] a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”.

Assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de si arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta às necessidades de inclusão. Como diz Mantoan (1997, p.68), “[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus estudantes”.

E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Dessa forma, todos se beneficiam com a educação inclusiva.

Então, como atuar em uma escola inclusiva? Conhecendo o estudante público da educação especial, respeitando-o na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação, mais que possui potencialidades. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz.

O mais importante em todo esse processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua reponsabilidade pela aprendizagem de seus estudantes, sejam eles com deficiência ou não.

A falta de acessibilidade é a forma mais perversa e irremediável de exclusão escolar, conseqüentemente, de exclusão social, pois negam o direito basilar: a Educação.

Com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, o Governo Federal implementou o apoio às escolas com repasse de recursos financeiros para a